

COLEÇÃO TRABALHO E CONTEMPORANEIDADE
Direção: Jacob Carlos Lima, Iran Jacone Rodrigues, José Ricardo Ramalho

A coleção Trabalho e Contemporaneidade tem por objetivo reunir livros que abordem questões do mundo do trabalho nos dias de hoje, reconhecendo a diluição das fronteiras entre o trabalho e outras esferas da vida social e a necessidade de criar novos olhares sobre temas clássicos das Ciências Sociais. Pretende estimular o debate e a pesquisa sobre as novas dimensões do trabalho em termos espaciais, organizacionais, identitários e tecnológicos, articuladas em dinâmicas locais e globais, ampliando as possibilidades de abordagens plurais sobre as vicissitudes do trabalho na sociedade contemporânea.

Conheça os títulos desta coleção no final do livro.

PASTA: 24
COPIAS: 54
R\$: 8.10

Complementar U.B

SINDICALISMO E DEMOCRACIA NO BRASIL DO NOVO SINDICALISMO AO SINDICATO CIDADÃO

Roberto Vêras de Oliveira


ANNNI LUME


ANNNI LUME
T R A B A L H O

045

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

Oliveira, Roberto Vêras de.
Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão.
/ Roberto Vêras de Oliveira. Prefácio de Márcia de Paula Leite. – São Paulo:
Annablume; Fapesp, 2011 (Coleção Trabalho e Contemporaneidade).

14 x 21 cm. 396 p.

ISBN 978-85-391-0289-1

1. Sindicalismo. 2. Movimento Sindical. 3. Sindicato. 4. Democracia. 5. Cidadania. 6. Central Única dos Trabalhadores. 5. História do Sindicalismo Brasileiro. 6. Movimento Social.
7. Movimento Trabalhista. 8. Sociologia Urbana. 9. Política Trabalhista Urbana. I. Título.
II. Série. III. Do novo sindicalismo ao sindicato cidadão. IV. Leite, Márcia de Paula. Série.

CDU 331

DD 331.981

Catálogo elaborada por Ruth Simão Paulino

**SINDICALISMO E DEMOCRACIA NO BRASIL
DO NOVO SINDICALISMO AO SINDICATO CIDADÃO**

Produção e Finalização

Coletivo Gráfico Annablume

Capa

Carlos Clêmen

Conselho Editorial

Eduardo Petruela Carizal

Norval Baitello Junior

Maria Odila Leite da Silva Dias

Celia Maria Marinho de Azevedo

Gustavo Bernardo Krause

Maria de Lourdes Sekoff (*in memoriam*)

Pedro Roberto Jacobi

Lucrecia D'Alessio Ferrara

1ª edição: outubro de 2011

© Roberto Vêras de Oliveira

ANNABLUME editora, comunicação

Rua M.M.D.C., 217, Butantã

05510-021, São Paulo, SP, Brasil

Tel. e Fax: (011) 3539-0226 – Televentas 3539-0225

www.annablume.com.br

Aos meus pais
A Socorro
A Ítalo e Cintia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
PREFÁCIO	17
INTRODUÇÃO	21

CAPÍTULO I – A PROPÓSITO DA CONSTITUIÇÃO PRÁTICO-DISCURSIVA DO NOVO SINDICALISMO	29
<i>Bases de uma prática sindical diferenciada</i>	31
<i>Para além dos determinismos</i>	45
<i>Quando a continuidade exige rupturas</i>	50
<i>Das fábricas às praças: emergência de um sindicalismo politizado e de massas</i>	64
<i>Por uma nova política</i>	79
<i>Das representações instituídas às representações instituintes</i>	91

CAPÍTULO II – DO NOVO SINDICALISMO AO SINDICALISMO CUT	105
<i>Projetos em Disputa</i>	106
<i>Articulações preliminares</i>	106
<i>Um encontro, dois caminhos</i>	111
<i>Criação da CUT</i>	114
<i>Entre o “imediatista” e o “histórico”</i>	120
<i>CUT Direção: Não ao Pacto Social</i>	131
<i>Luta salarial e Diretas Já</i>	131
<i>Redução da jornada e Socialismo</i>	133
<i>Greve Geral: reposição das perdas salariais e não ao “pacto social”</i>	140
<i>Nova Constituição, nova institucionalidade</i>	144

<i>CUT Estrutura: pelo Contrato Coletivo (Inflexões)</i>	148	Novas práticas no sindicalismo do ABC	266
De "movimento" a "central sindical"	148	A reestruturação da indústria automobilística no Brasil	277
Do "confronto" à "negociação"	159	Trabalhadores da Ford: não às demissões	280
<i>CUT 10 Anos: Objeto de Estudos</i>	170	Para além do ABC: a luta pelo contrato coletivo nacional	289
Balanças da década	170	Agenda aberta: resistência e tarefas inconclusas	299
A "crise" sob diversos ângulos	178	<i>Sindicato Cidadão: Ambiguidades, Contradições... Rumo Incerto</i>	308
CUT: direção e estrutura	181	Luta em defesa do emprego e dos direitos sociais	308
Jogo da representação e política da exclusão	187	Representação institucional e atuação no campo das políticas públicas	315
		Execução de políticas públicas sociais, cooperativismo e prestação de serviços	326
CAPÍTULO III – SINDICATO CIDADÃO: RUMO INCERTO	197		
<i>Mundo do Trabalho em Mudança e Sindicalismo em Questão</i>	197		
Mudanças no mundo do trabalho	197		
Bases minadas: fragmentação, heterogeneização e flexibilização	204	CONSIDERAÇÕES FINAIS	353
Ação coletiva X individualismo em ascensão	207	Na resistência à ditadura, a centralidade da luta pela liberdade sindical	354
Ruptura do "compromisso fordista"	209	Novos sujeitos em cena: projeto de democracia participativa	356
Crise da sociedade do trabalho?	211	Em contraposição à "transição conservadora", o socialismo (democrático)	358
Respostas sindicais	214	Nova institucionalidade e ênfase na negociação (perspectiva "contratualista")	360
		Frete ao desmanche, a centralidade da defesa da cidadania	362
Brasil, Anos 90:			
<i>Configuração de um Novo Cenário para a Ação Sindical</i>	220		
Reestruturação empresarial e flexibilização do trabalho	220		
Novos espaços de participação institucional	224	BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTOS CONSULTADOS	365
Câmaras Setoriais: pressupostos e implicações	226		
Reforma trabalhista em debate... público	230		
Novos e velhos desafios	233		
<i>Começa a Era FHC...</i>			
<i>A Luta é para Não Perder Direitos, Nem Sair de Cena</i>	234		
Por um novo socialismo, humanista e democrático	234		
Direitos sociais e ação sindical na mira de fogo	237		
Apesar da resistência seguem as "reformas"	240		
CUT: ampliando para fora e estreitando para dentro	243		
Mais desregulamentação, crise do Real e novos protestos	247		
<i>O Desmanche da Era FHC</i>	252		
Desativação das Câmaras Setoriais	253		
Greve dos Petroleiros	256		
Ataque aos direitos sociais	259		
Democracia em questão	261		
<i>A Ousadia da Resistência: Alcances e Limites</i>	266		

CAPÍTULO 1

A PROPÓSITO DA CONSTITUIÇÃO PRÁTICO-DISCURSIVA DO NOVO SINDICALISMO

Em dezembro de 1998, a Ford de São Bernardo do Campo anunciou 2.800 demissões de uma única vez. Os trabalhadores, a Comissão de Fábrica e o Sindicato desencadearam um movimento de resistência por dois meses, até fazer a empresa voltar atrás na decisão e dispor-se a negociar. O que há de comum entre a experiência sindical que articulou esse movimento, na virada da década de 90, e a experiência sindical que emergiu na passagem dos 70 aos 80 sob a denominação de novo sindicalismo? Em que medida e de que maneira as referências constituídas naquele momento continuam informando as práticas, opções, comportamentos, discursos, que estruturam o sindicalismo metalúrgico do ABC no final da década de 90? O que há em termos de continuidades e rupturas nessa trajetória?

Para enfrentar tais questões nos propomos a um movimento de reconstituição histórica. Buscamos, nesse primeiro momento, fundamentalmente retomar os fios da construção prático-discursiva do novo sindicalismo (combinação de práticas, motivações, idéias).

Eder Sader (1988), que abordou os novos movimentos sociais emergentes na passagem dos anos 70 aos 80, incluindo aí o novo sindicalismo, nos dá pistas sobre o que acontecia na ocasião em termos de reelaborações discursivas. Para tanto, se utiliza da categoria de matriz discursiva, enquanto um instrumento heurístico que lhe permite recompor as práticas/enunciados constitutivos daqueles acontecimentos.

Sader identifica três agências (ou centros de elaboração discursiva) que organizaram práticas de resistência no cotidiano dos trabalhadores e de outros segmentos populares naquele momento, conformando-lhes cer-

tas identidades e potencializando-os como novas forças sociais e políticas. Refere-se a três instituições que, ao se encontrarem, cada uma delas, em momentos especiais de crise, possibilitaram a abertura de espaços para novos enunciados. Cada uma, segundo suas especificidades constitutivas e a seu modo, procuravam reatar (reconstruir em novas bases) as relações (de identificação/representação) com os segmentos populares aos quais se reportavam. No âmbito da Igreja Católica, gestou-se um movimento de renovação articulado a partir das Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação. No âmbito das organizações e práticas de uma esquerda fortemente atingida pela repressão do Estado ditatorial, surgiram "novas formas de interação com os trabalhadores". No âmbito de uma estrutura sindical oficial esvaziada e submetida ao controle do Estado, surgiu um "novo sindicalismo".

Para o autor, comparando-as, "tanto a incidência social quanto a consistência argumentativa são muito desiguais". A Teologia da Libertação, referenciada na forte penetração popular da Igreja, conseguia estabelecer raízes mais fundas junto a parcelas mais amplas das classes populares. A matriz marxista, longe de gozar de tamanho prestígio e vivendo um momento particular de desarticulação organizativa, dispunha, no entanto, de um "corpo teórico consistentemente elaborado a respeito dos temas da exploração e da luta sob (e contra) o capitalismo". Por seu lado, a matriz sindicalista não se sustentava nas tradições populares nem na sistematidade teórica, mas baseava sua legitimidade no "lugar institucional em que se situa, lugar constituído para agenciar os conflitos trabalhistas" (Sader, 1988: 144).

Na trilha sugerida por Sader e nos detendo em particular na experiência sindical do ABC Paulista, não há como não reconhecer no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema⁷ um papel de importante agência de articulação de um processo de construção prático-discursiva que levou à emergência do assim (auto)nomeado sindicalismo autêntico.

7. A partir de agora identificado como SMSBC.

Bases de uma prática sindical diferenciada

O SMSBC foi fundado em 1959, em um contexto em que a região do ABC, sob o Plano de Metas de JK, passava por um intenso processo de industrialização, com destaque para a indústria automobilística. São Bernardo havia tornado-se município e sua base metalúrgica, com cerca de 40 mil trabalhadores, já era maior do que a de Santo André, que sediava o Sindicato dos Metalúrgicos da região, criado em 1933⁸.

O país vivia um momento de ascensão da luta sindical, ao mesmo tempo conformando características que Weffort, (1973) e outros autores as identificou como de tipo populista:

"O movimento sindical populista é fenômeno de formação recente na história brasileira. Só começa a tomar corpo em inícios dos anos 50 e só a partir da segunda metade desta década chega a definir-se plenamente. É a partir dos anos 50, portanto, que se podem perceber mais claramente suas características: no plano da orientação, subordina-se à ideologia nacionalista e se volta para uma política de reformas e de colaboração de classes; no plano da organização, caracteriza-se por uma estrutura dual em que as chamadas 'organizações paralelas', formadas por iniciativas da esquerda, passam a servir de complemento à estrutura sindical oficial, inspirada no corporativismo fascista como um apêndice da estrutura do Estado; no plano político, subordina-se às vicissitudes da aliança formada pela esquerda com Goulart e outros políticos fiéis à tradição de Vargas. O sindicalismo populista atingirá o ponto máximo de seu desenvolvimento nos anos 60 na linha de uma aproximação e subordinação crescentes ao regime populista. Em 1964, este sindicalismo entra em crise para finalmente desaparecer com o regime político ao qual associara seu destino" (Weffort, 1973: 67)⁹.

8. A respeito do sindicalismo metalúrgico no ABC, ver, entre outros: Humphrey, 1982; Rainho e Bargas, 1983; Oliva et al, 1987; Sader, 1988; Soares, 1998; Abramo, 1999; Paranhos, 1999; Bias, 2001, entre outros.

9. Para uma visão contrária desta e mais próxima da posição histórica do PCB, ver Vianna (1978: 21), para quem "o assessoramento dos sindicatos pelo movimento operário livre" fazia desses "firmes cabeças de ponte para calcar sua penetração no interior do aparato estatal, através da própria estrutura vigente". Abrindo uma terceira vertente, surgiram nos anos 90, inspirados

Ao lado do PTB, o PCB dividia a condição de força política mais influente¹⁰, inclusive no ABC e entre os metalúrgicos. Ao que tudo indica, “interessava ao PCB a criação de novos sindicatos, o que lhe aumentaria o cacife eleitoral nas federações sindicais” (Oliveira et al, 1987). Mas para além de uma iniciativa visando à ampliação de sua presença na estrutura sindical oficial, Negro (1999) registrou o interesse do PCB de ver seus militantes “ligar-se à produção” e buscar constituir “comitês de empresa”. Iniciava-se ali um processo organizativo no interior das fábricas de São Bernardo, cuja experiência mais destacada ocorreu na Willys, que em 1967 passou ao controle da Ford, vindo a constituir-se como um dos principais pilares da experiência sindical do ABC, a partir dos anos 70. O autor estabelece assim uma ponte (elemento de con-

em E. P. Thompson, vários estudos historiográficos focados sobre os movimentos operário e sindical do pré-64, que vêm questionando sua designação como “populista”. Silva e Costa (2001: 224-225), por exemplo, argumentam que aqueles movimentos devem ser pensados nas “ambiguidades que lhe eram constitutivas e como ‘um campo de força comum’ no interior do qual os diferentes atores sociais ‘estavam aprisionados’”. Se as mediações institucionais colocavam limites à ação dos trabalhadores, também as impunham às autoridades públicas e aos patrões. De outro lado, “o populismo visou pelos trabalhadores era não raras vezes diferente da auto-imagem construída pelas autoridades sobre seus próprios atos e discursos. Ao contrário da adesão cega e ativa, podia funcionar um pragmático realismo com elevado senso de cálculo em torno dos retornos e benefícios possíveis, impondo ao Estado e aos patrões concessões e deveres por meio de uma linguagem extraída dos próprios recursos retóricos populistas” (2001: 225). Ao invés de ver o populismo como “pacto social” ou “coligação”, o mais adequado seria tê-lo, como French (1995), enquanto “aliança”: “Em síntese, o conceito de alianças entre e intra-classes não implica em passividade e subordinação dos trabalhadores a carismáticos líderes populistas, pois cada parte jogava um papel ativo na definição dos termos dos acordos e da configuração do sistema político” (2001: 228). Alguns dos trabalhos que, nesse diapasão, se contrapõem à noção de “sindicalismo populista”, nos termos de Welfort, encontram-se, por exemplo, em French (1995), Costa (1995 e 1999), Silva (1995 e 1999), Fontes (1997 e 1999), Santana (1997), Fortes (1999), Negro (1999).

10. Os estudos acima referidos também vêm retornando a discussão sobre o papel do PCB no sindicalismo, naquele período. Consideram que é preciso levar em conta não só a retórica formal do Partido, mas também a dinâmica dos militantes comunistas nas fábricas, sindicatos e bairros, que lograram “transformar os sindicatos em efetivo espaço de luta e participação política”. Segundo Santana (1999), o próprio PCB, em suas avaliações sobre o período, feitas no pós-64, também teria contribuído para, por um outro viés, consolidar o entendimento de que o sindicalismo do pré-64 não dispunha de organização de base, ao concluir que “o período imediatamente antes do golpe deveria ser negado, não por seu *reformismo*, antes, por ter sido um exemplo de *radicalização* e, pior, de um radicalismo sem bases” (139, grifos do autor).

nidade) entre o “sindicalismo populista” e o que virá a ser o “novo sindicalismo”.

O novo Sindicato foi se afirmando, embora enfrentando muitas dificuldades no plano organizativo. Desde o início caracterizou-se por uma postura reivindicativa, voltada à mobilização e à sindicalização, tendo como seguimento organizar, na ocasião, várias greves na incipiente indústria automobilística e em outras empresas.

O Golpe Militar de 64 interrompeu violentamente esse processo. Por meio de medidas como: ação repressiva (com intervenções e perseguições aos sindicalistas mais atuantes), a instituição de uma nova legislação sobre greve, Lei 4330 (que na prática tornava-a inviável), uma nova política salarial, adotada em 1965 (visando centralizar os índices de reajuste salarial e esvaziar o papel negocial dos sindicatos junto às empresas), a instituição do FGTS, em 1966 (que substituiu a Lei da Estabilidade), o novo regime procurou atingir os sindicatos e sua capacidade de mobilização, de reivindicação e de ação política, forçando-o a restringir-se a órgãos de homologação das determinações governamentais e a meros prestadores de serviços assistenciais aos seus sócios (Humphrey, 1982).

Ao mesmo tempo, o sindicato foi preservado enquanto instituição. A CLT, base legal da estrutura sindical corporativista, implantada desde o Estado Novo, mais uma vez manteve-se intacta¹¹. O que nela havia de

11. Rodrigues (1990b: 52-53) observa que, “apesar da longa vigência do sindicalismo corporativo entre nós, os pesquisadores brasileiros deram pouca atenção ao problema teórico do corporativismo. No caso dos estudos sobre a organização sindical – apesar de o controle governamental sobre a associação operária ser geralmente enfatizado (criticamente) e a influência da *Carta del Lavoro* ser constantemente relembrada (também criticamente) – a designação ‘corporativista’ para a estrutura sindical brasileira só se difundiu a partir de fins da década de 70, com o surgimento de correntes sindicais que passaram a assumir uma posição crítica com relação ao modelo”. O autor comenta, ainda, que, apesar do termo ter adquirido uma conotação pejorativa, “essa estrutura, no que tem de essencial, não foi integralmente rejeitada pelas principais forças e correntes políticas existentes no interior do sindicalismo brasileiro, inclusive pelas que se dizem de esquerda”. Ou seja, “criticam-se certos componentes da estrutura corporativa (o controle governamental sobre os sindicatos, por exemplo), mas se aceitam outros (o monopólio da representação e a unicidade sindical, por exemplo)” (1990b: 53-54). Rodrigues (1990b) se baseia em Schmitter (1974), para quem o *corporativismo*, isento de um sentido pejorativo, consiste em um sistema de “intermediação de interesses”, que grosso modo pode adquirir duas formas: o “societário” e o “estatal”. O caso brasileiro identificar-se-ia com este último, o qual, ao contrário do primeiro, estaria baseado na *dependência* da representação dos “grupos de

mais favorável ao controle estatal sobre as relações de trabalho e o aparelho sindical foi drasticamente reforçado e utilizado, de modo a garantir, sem constrangimentos, a implantação da nova política econômica e salarial Humphrey (1982).

No caso do ABC, a ação repressiva foi violenta, a maioria dos sindicatos sofreu intervenção, seguida de prisões e perseguições. Mas as lutas sindicais não foram interrompidas totalmente. Foi assim que, na Campanha Salarial de 1965, quase 6 mil trabalhadores participaram da assembleia que votou a favor de uma "greve legal" (prevista nos termos da nova Lei 4.330). Ainda assim foi desautorizada pelo Ministério do Trabalho. Em 1966, agora com uma diretoria eleita¹², nova tentativa de "greve legal" foi também desautorizada pelo Governo. Em 1968 os conflitos vêm à tona, quando já havia um trabalho de oposição articulado na base:

"Nesse clima de reanimação do movimento e violentos conflitos com a polícia, articulou-se uma oposição à diretoria que propunha atitudes menos conciliatórias, mais firmes no enfrentamento dos patrões e da ditadura. Parte dessa oposição era ligada à AP (Ação Popular); ela abrigava ainda elementos do PCB e POLOP (Política Operária), que atuavam de forma clandestina na base sindical. A esquerda organizada

ROBERTO VÉRAS DE OLIVEIRA

voltava a atuar no ABC, ainda que marginalmente, com uma pequena base social" (Oliveira et al, 1987: 136).

Os segmentos de oposição se agrupam em uma chapa de oposição nas eleições de 1967, embora tenha sido derrotada.¹³

O ano de 1968 foi marcado, em todo o país, por uma onda de manifestações operárias e estudantis. No campo sindical destacaram-se as greves de Contagem e Osasco¹⁴ e na Willys¹⁵. O regime convenceu-se de que não seria possível conciliar a política econômica e salarial que vinha adotando com qualquer forma de liberalização do controle sobre os sindicatos. A resposta foi o "golpe dentro do golpe", com o fechamento do Congresso e a edição do Ato Institucional n° 5, em dezembro de 1968. O cerco se fechou mais ainda.

Em 1969, Paulo Vidal foi eleito presidente do Sindicato. Paulo Vidal é uma figura controversa, seja entre estudiosos ou sindicalistas. Para Sader (1988), suas duas gestões teriam se balizado por uma atuação que procurava, de um lado, se opor às forças de esquerda, que se espelhando na greve de Osasco lhe faziam oposição, e, de outro, colaborar com o governo, mas

interesse" em relação ao Estado. Ou seja: "o Estado concede aos sindicatos (de empregados e empregadores) o direito de representar os interesses dos grupos profissionais e econômicos, quer dizer, das *categorias*" (1990b: 59, grifo do autor). A sua capacidade de perpetuação ao longo de várias conjunturas se explica por meio de fatores como: uma coexistência "sem fortes atritos" entre o sistema sindical corporativo e o pluralismo partidário, no período 1946-64; a inexistência no país de "classes organizadas" (na expressão de Oliveira Vianna), a condição de estrangeiro da nascente classe empresarial brasileira ("culturalmente ilegítimos e politicamente marginalizados"); característica que a enfraqueceu frente ao Estado; com o sistema uma vez implantado, "múltiplos segmentos da sociedade passaram a ter seus interesses vinculados à continuidade da nova instituição" (dirigentes sindicais, advogados, médicos e outros técnicos); além do mais, apesar da tutela estatal, o sistema comporta alguma margem de "autonomia" das organizações sindicais, variável segundo a conjuntura política (1990b: 61-68). Sobre a natureza e processos históricos de mudança e continuidade do sindicalismo oficial no Brasil, a bibliografia é extensa. Alguns exemplos, dos mais antigos aos mais recentes: Moraes Filho (1978); Simão (1966), Rodrigues (1970 e 1990b), Vianna (1978), Erickson (1979), Humphrey (1982), Almeida (1975 e 1996), Boito Jr. (1991a e 1991b).

12. Em 1965, foi eleito como presidente Afonso Monteiro da Cruz, sem que tenha se apresentado outra chapa.

13. Com a reeleição de Monteiro Cruz.

14. A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco foi conquistada, em 1967, por uma chapa de oposição, cujo principal suporte era a Comissão de Fábrica da Cobrasma. O Sindicato passou, desde então, a ter uma ação cada vez mais aberta de confronto com as representações empresariais e o governo, o que resultou na greve de 1968. A repressão que se seguiu foi fulminante, mas a experiência da Comissão de Fábrica da Cobrasma ficou como uma referência para as "oposições sindicais" surgidas a partir de então (Giannotti e Lopes Neto, 1991a). Ver a respeito: Weffort (1972) e Cadernos do Presente (1978).

15. Menos conhecida do que as greves de Contagem e Osasco, a greve na Willys resultou de um trabalho desenvolvido por militantes de base, quase sempre desautorizados pelo Sindicato. Nas palavras de um militante de então: "Nessa época era muito difícil fazer qualquer movimento e foi aí então que surgiu uma fórmula: a greve de fome. Essa greve, num primeiro momento, saiu apenas dos setores da inspeção. Isso foi em 1966. Depois viu-se a possibilidade de um movimento maior e em 1967 surgiu outra greve de fome com a participação de 30% da fábrica. Em 1967 a Willys foi vendida para a Ford e a partir do sucesso do segundo movimento de greve de fome, vimos que era possível fazer-se uma greve geral na fábrica. Isso aconteceu em 1968 com a paralisação total por um dia e parcial de 3 dias. Esta greve foi surfçada pelo Segundo Exército quando os soldados entraram com armas em punho por dentro da fábrica" (Galache, 1983).

reivindicando deste a contrapartida da garantia de acesso dos trabalhadores aos benefícios do desenvolvimento¹⁶.

Sob tal perspectiva, teria priorizado o trabalho do departamento jurídico do Sindicato, no apoio aos trabalhadores sob conflitos nas fábricas. As ações legais foram tomadas, nesse período, como a fronteira da ação sindical: "Terçar o mínimo que a lei garante para conseguir o máximo de exercitação sindical" (Paulo Vidal, apud Rainho e Bargas, 1983: 52). Mas era preciso, por outro lado, responder às pressões dos setores opo-
nistas que, para além dos processos eleitorais, se traduziam também em crescentes lutas fabrícas.

É assim que a diretoria do Sindicato passa a empreender um persistente esforço de aproximação (e maior legitimação) em relação às bases. Caminha equilibrando-se, com perspicácia, entre um esforço de se mostrar confiável ao regime, mas sem deixar de questioná-lo em alguma medida (e até com certa ousadia, para as condições do momento); pautando-se pelos termos da lei, entretanto pressionando-a até seus limites. Busca, no entanto, diferenciar-se do discurso dos segmentos de oposição, que então se estelebeia. Tal estilo bem o ilustra o artigo seguinte, assinado pela diretoria e veiculado pelo número 1 da Tribuna Metalúrgica (TM), em 1971:

"Está na lei que os sindicatos são órgãos de colaboração com o governo (...). A bem dizer, tal disposição legal é cumprida ao pé da letra pelos sindicatos de trabalhadores. Quem o descumprir, quase sempre, é o próprio governo, ao emitir leis e regulamentos sem consulta aos trabalhadores, sem aceitar sugestões e, numa palavra, sem admitir a colaboração dos sindicatos prevista pela própria lei; lei que as autoridades, zelosamente, invocam para fazer suas determinações".

"(...) Um dos pontos básicos da classe trabalhadora é exigir do governo a revogação de sua política salarial, possibilitando meios para a celebração das convenções coletivas de trabalho com os empregados".

"Para isto, entretanto, não se faz necessário apenas a revogação da política salarial, mas (...) modificação na lei de greve, de forma a que de fato possa haver greve quando esta se fizer necessária no decur-

so da negociação coletiva com as empresas; eliminação de todas as restrições às liberdades individuais e dos sindicatos, a fim de que os trabalhadores possam melhor unir-se e organizar-se para as lutas reivindicatórias. Ao exigir isso, não estamos ultrapassando os limites de colaboração com o governo; muito pelo contrário, estamos dando uma colaboração de fato, pois os direitos acima preconizados são exercidos, de há muito tempo, pelos trabalhadores dos países democráticos".

Vê-se que não se trata de uma fala de pura contemporização para com o discurso governamental¹⁷, ao buscar reinterpretar a idéia de colaboração, fundamental para o projeto de controle da prática sindical. Mas também exigia uma contrapartida à demarcação que se dispunha a fazer frente aos grupos de esquerda, por meio de uma maior liberdade de movimentação, de modo a poder buscar, de um lado, maior representatividade junto à "categoria" e, de outro, maiores ganhos para o setor, tendo em conta a convicção (sempre enfatizada) da sua importância para o desenvolvimento do país (tão em evidência naquele momento de "milagre econômico").

A constatação de que tal dinâmica, de maior liberalização para a ação sindical, não seria compatível com a política salarial, a Lei de Greve e as restrições a uma prática sindical mais atuante, levou a diretoria do Sindicato desde então a defender o direito à negociação coletiva livre da intervenção do Estado. São elementos que não conduziram o Sindicato, de imediato, a uma clara oposição ao regime, mas foram decisivos para diferenciá-lo da prática da maioria dos demais sindicatos. Nos termos de Abramo (1999: 154):

"O discurso do sindicato se transformará significativamente nesse período. Essa transformação expressará a ruptura progressiva da entidade com o projeto desenvolvimentista da ditadura militar; essa ruptura, por sua vez, será resultado da elaboração coletiva da idéia de que os metalúrgicos de São Bernardo, por meio de seu trabalho, constituíam um sujeito fundamental para o desempenho econômico do país, assim como de que o seu esforço nesse sentido não estava sendo devidamente reconhecido e recompensado".

16. Abramo (1999: 140) expressou a mesma opinião. "a contrapartida, portanto, do 'bom-comportamento' e da adesão ao projeto [do Governo], era a reivindicação da participação nos frutos do desenvolvimento econômico do país".

17. Humphrey (1982: 12) confessa que, quando chegou ao Brasil em 1974, se espantou ao ler nos jornais que o SMABC "estava exigindo abertamente mudanças radicais na estrutura dos sindicatos, e nos direitos dos trabalhadores".

O propósito de aproximar cada vez mais a entidade de sua base será buscado por meio de diversas iniciativas: ampliando os serviços assistenciais aos sócios; criando um órgão de comunicação sistemática com a base, a Tribuna Metalúrgica (em 1971); buscando ampliar a mobilização nas campanhas salariais; criando as campanhas por antecipação salarial, que passaram a intercalar as campanhas salariais; constituindo um departamento jurídico para apoiar os trabalhadores em conflitos nas empresas; realizando campanhas de sindicalização; perseguindo a instituição da figura do delegado sindical nas empresas etc.

Desde o começo dos anos 70, o Sindicato persiste em ampliar significativamente sua base de sócios, o que de início já destoava da maioria dos sindicatos, acomodados que estavam às garantias financeiras possibilitadas pelo imposto sindical. Esse era sempre um tema presente na TM. Ao mesmo tempo, busca envolver os trabalhadores com a ampliação dos serviços assistenciais e a construção de uma nova sede e procura afirmar o Sindicato com a "função básica" de "órgão de defesa dos interesses dos trabalhadores" (TM, nº 09, 1971):

A estratégia do Sindicato em empreender ações judiciais contra as empresas, por problemas de insalubridade, pagamento de horas extras, entre outros, consistiu em uma oportunidade de maior contato com estes e com as questões que os envolviam no dia-a-dia. Os trabalhadores eram estimulados a procurarem o Sindicato, levando-lhes as denúncias e fornecendo-lhes a base de legitimação para suas ações.

A criação da TM, em 1971, foi um passo decisivo do Sindicato no sentido de buscar construir uma maior identificação junto aos trabalhadores, estimulando-lhes a apresentação de denúncias e a formulação de posicionamentos, apresentando-lhes projetos assistenciais, incitando-os à mobilização nas campanhas salariais. Criou personagens visando consolidar tal identificação, como o João Ferrador, o Repórter Metalúrgico e o Sombra.

O João Ferrador¹⁸ tornou-se um símbolo dos metalúrgicos do ABC e do seu Sindicato. Constituiu-se, ao mesmo tempo, em um emblema do

modo como o Sindicato se propôs a denunciar e pressionar o regime. Através de "bilhetes" suítes, irônicos, contundentes às vezes, mas também didáticos, sempre se iniciando com a expressão "meu Brasil grande e potente", João Ferrador abordava temas do cotidiano dos trabalhadores, como se escrito por um deles. Veja-se um exemplo, a respeito de um flagrante movimento especulativo com produtos básicos como o leite e a carne:

"Imaginei uma série de coisas, senhores, sobre esse sumiço do leite, e concluí que ele faltava simplesmente, porque os revendedores desejavam um aumento de preço. E pensei logo que estava havendo uma greve, não das vacas, porque estas, naturalmente, não possuem raciocínio e nem organização bastante forte para se meterem em tão perigosa empreitada. Seria uma greve dos revendedores. E uma greve evidentemente ilegal, que prejudicou tão somente a população. Imaginemos as consequências, se fosse uma greve de trabalhadores... (...) Como podemos justificar o nosso desenvolvimento econômico, o impressionante crescimento do Produto Interno Bruto, se o povo vai tendo cada vez menor possibilidade de comer carne e beber leite? O assunto é desagradável, eu sei, principalmente quando se comemora o seqüentário da independência, mas é preciso (...) que atentemos para ele, pois amanhã poderá ser pior" (TM, nº 12, setembro de 1972).

O personagem se apresenta como um trabalhador comum, dirigindo-se aos seus iguais, tratando de questões do dia-a-dia dos trabalhadores. Entretanto, expressa a fala do Sindicato, da sua diretoria. Desenvolve um raciocínio articulado e sutil, visando desconstruir o discurso do Regime (se apresentando como "ignorante" sobre determinadas situações, busca se "esclarecer" com as autoridades, propondo reflexões a partir de perguntas simples, mas desconcertantes, de modo a cultivar a indignação¹⁹). Empreende um recurso pedagógico, ao se propor didaticamente a estabelecer as sociedades, relacionando as questões sentidas cotidianamente com questões

18. Nas palavras de Antônio Carlos Félix Nunes, ex-editor do TM, "João Ferrador foi novidade. Primeiro, saiu sem ilustração, depois com desenho do Henfil e, mais tarde, do Laceris, até virar logotipo do jornal e dos metalúrgicos de São Bernardo" (Araújo, 1991, *apud* Paramhos, 1999: 44). Um personagem do mesmo tipo já havia sido criado, *Zé Proleto*, no Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, em 1968 (Paramhos, 1999: 44).

19. Abramo (1999) chamou a atenção para a importância da noção de *dignidade* como um elemento central na construção da identidade coletiva dos metalúrgicos do ABC. Para a autora, *dignidade* "aparece inicialmente associada à idéia de um trabalhador 'bem-comportado', 'honesto', 'responsável', conhecedor do seu ofício, cujos interesses estariam identificados com os do 'desenvolvimento do país'" (1999: 139).

da política nacional, como modelo de desenvolvimento, política salarial, política habitacional, entre outros. Opera uma reelaboração crítica sobre a condição dos trabalhadores nesse contexto.

O Sindicato logrou, com tal recurso, em uma mão, trazer para o discurso sindical momentos da vida cotidiana do trabalhador comum (uma vez reelaborado); e, em outra, levar esse discurso (agora impregnado da ótica - reapropriada - do trabalhador comum) de volta para ele. Buscou, com isso: consolidar uma identidade coletiva entre os trabalhadores (os quais são convidados sistematicamente a um exercício de reinterpretção da realidade, desde um lugar específico, diferenciado e em oposição àquele dos patrões); estabelecer uma profunda identificação entre esse coletivo e o Sindicato, ao apresentar-se como seu representante legítimo (“Patrão é patrão, Sindicato é você, sindicalize-se”); e, com isso, afirmar-se como “o ponto de vista dos metalúrgicos”:

“Conseguimos com a nossa Tribuna, não só orientar o trabalhador quanto ao seu procedimento sindical, trabalhista e previdenciário, como também manifestar o ponto de vista dos metalúrgicos por nós representados” (Paulo Vidal, TM, n. 10, 1972)

Ou seja, como o espaço de elaboração da identidade coletiva dos trabalhadores.

Para tanto, era preciso realizar duas operações simultâneas: uma associação, a realizar-se entre os trabalhadores (construção de sua identidade comum) e entre estes e o Sindicato (construção de sua identidade coletiva enquanto “sindicato”); e uma transferência, a estabelecer-se entre os trabalhadores, individual e coletivamente, e o Sindicato (através dos seus recursos e canais de construção da representação). Uma como condição da outra: só pode haver representação se houver identificação entre representante e representado (“podemos dizer, sem medo de errar, que o sindicato somos todos nós. O sindicato é você, companheiro. O sindicato é a união dos trabalhadores” - Paulo Vidal, TM, n.º 22, 1974); ao mesmo tempo, só pode ocorrer tal associação se se processar em um único movimento a diferenciação e a transferência própria de um processo de representação (“Ela - a diretoria - é eleita, isto sim, para representar a todos os seus associados sem discriminação...”).

No que se refere às campanhas salariais²⁰, a diretoria procurou, persistentemente, denunciá-las como ritos formais e sem efetividade. Sua dinâmica, depois do Golpe de 1964, consistia numa negociação de faz-de-conta entre sindicatos e entidades patronais, quando a Justiça do Trabalho infalivelmente, por falta de interesse dos empresários em estabelecerem acordos, acabava julgando o dissídio coletivo, sempre no sentido de confirmar os índices de reajuste estabelecidos pela política salarial do governo. O Sindicato, por sua vez, sempre apostava na mobilização durante tais campanhas, de modo a tentar romper essa dinâmica e abrir espaço para realizar negociações diretas com os empresários.

Nos anos de 1970 e 1972, tentou inovar propondo um reajuste de mesmo valor absoluto para todos os trabalhadores, beneficiando com isso os de rendimentos mais baixos. Em 1970, a proposta causou intensas discussões entre os trabalhadores, mas prevaleceu a determinação da Justiça do Trabalho. Em 1972, mesmo atingindo maior mobilização, o desfecho foi o mesmo. A campanha de 1973 foi deflagrada a partir de uma pesquisa entre os trabalhadores a respeito das reivindicações a serem apresentadas e quanto ao modo de conduzir a campanha. Os empresários novamente se recusaram a negociar e o Tribunal julgou o dissídio conforme os índices determinados pelo governo. Em 1974, o Sindicato decidiu apresentar a pauta em separado da Federação, tendo para isso que realizar uma assembleia com pelo menos 1/8 dos sócios, o que não conseguiu. Mas desta vez, de maneira inédita, a Federação dos Metalúrgicos e os representantes das empresas chegaram a um acordo, sem necessidade de estabelecer-se o dissídio coletivo, embora os termos acordados não tenham agradado ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

Somando-se às campanhas salariais, o Sindicato passou a realizar no segundo semestre de cada ano, a partir de 1971, uma campanha extra por antecipação salarial, como forma de compensar as perdas ocorridas durante o ano, cujos ganhos eram sempre descontados por ocasião dos dissídios seguintes. Em 1974, a reivindicação passou a ser por “reposição” e não mais por “antecipação”. Os resultados pró oposição nas eleições políticas de 1974, combinando-se com uma situação mais estável do mercado de

20. Para uma reconstrução das campanhas salariais desse período, ver, sobretudo, Rainho e Bargas (1983), Abramo (1999) e Sader (1988).

trabalho, favoreceu o surgimento, a partir do segundo semestre de 1973, de diversos tipos de mobilização dos trabalhadores nas empresas (“operações tartaruga”, recusa de realizar horas extras, paralisações de seções etc.), com alguns resultados positivos.

Na campanha salarial de 1975, o Sindicato, sentindo um clima mais propício, tenta novamente atingir o quorum para encaminhar as negociações de maneira independente da Federação. Mais uma vez não consegue, embora tenha atingido elevado nível de mobilização. Em 1976, pela primeira vez, alcança o quorum e encaminha as negociações por conta própria. Apesar da persistência do Sindicato, do clima criado com a política de “descompressão” do governo Geisel e da crescente mobilização dos trabalhadores, o rompimento com o ritual do faz-de-conta dos dissídios só ocorrerá em 1978.

Outro caminho usado pelo Sindicato para se aproximar da base foi o da busca de uma maior penetração nas empresas. Nos primeiros anos da década de 70 a atividade sindical estava praticamente concentrada no espaço da sede e nas mãos da diretoria, embora a maioria dos diretores continuasse trabalhando nas fábricas, o que possibilitava algum contato direto. Mas, a partir do momento em que começa a se estabelecer uma dinâmica de mobilizações cada vez mais freqüentes dentro das fábricas, cresce a necessidade do Sindicato ampliar sua presença no seu interior. Alguns estudos foram fundamentais para realçarem os conflitos fabris, que emergiram especialmente a partir de 1973, resultantes de uma dinâmica própria, muitas vezes independente de qualquer ação sindical²¹.

Abordagens, como a de Maroni (1982), chamam a atenção para as limitações das interpretações lançadas sobre aquelas lutas, sobretudo com a eclosão das greves de 1978. Segundo ela, os segmentos de “oposição” (partidos, sindicatos, intelectuais, setores da Igreja etc.) tendiam a ver naqueles acontecimentos essencialmente o “papel contratual” da ação operária, orientados que estavam para uma “redefinição das relações entre trabalho e capital, enquanto um momento particular da luta da sociedade inteira por um novo ‘contrato social’”. Por essa ótica, o foco estava centrado na ação e no discurso “explícitos” dos sindicatos, “tomados como entidades que as-

securam a legitimação do novo contrato acerca da compra e venda da força de trabalho”. As lutas fabris e as formas de organização daí resultantes, como as comissões de fábricas, eram consideradas, por tais segmentos, segundo sua importância para dar sustentação e legitimidade à ação sindical. Contrariamente, a autora centra sua atenção no que denomina “discurso da ação”. Sob tal ótica, o movimento de 1978 teria se mostrado como uma “experiência autônoma – sem uma direção explícita que o conduzisse”, onde estaria presente

“a democracia a partir da produção, quanto às formas de organização (comissões de fábrica), de decisão (assembleias de fábrica), quanto a seus alvos de luta (não só batendo-se por uma melhor remuneração da força de trabalho, mas pelo que genericamente denominamos melhores condições de trabalho, o que inclui o questionamento de aspectos da própria organização do processo de trabalho)” (Maroni, 1982: 15-19).

Abramo (1999), entretanto, que também estudou aqueles acontecimentos, sustenta que para compreendê-los, além de ser indispensável levar em conta a “contraditória vivência das condições de trabalho e as múltiplas práticas de resistência desenvolvidas no interior das empresas durante os anos 70” e “uma conjuntura política marcada por uma aguda crise de legitimidade do regime militar que potencializou a força e a capacidade expressiva do movimento”, não se pode deixar de atentar para o papel desempenhado por “um novo tipo de ação sindical que procurava utilizar ao máximo as limitadas possibilidades da institucionalidade existente e, ao mesmo tempo, questioná-las” (p. 179).

Sader (1988: 277), nessa mesma linha, destaca o fato do SMSBC ter-se tornado, ao longo dos anos 70, “de entidade vazia – expressão da perda de funções do sindicato no início da década”, em “um efetivo centro de elaboração das experiências dos operários nas indústrias metalúrgicas da região, moldando uma linha de resistência coletiva que terminou por alterar profundamente as relações de trabalho nessas empresas e influenciar o conjunto do país”.

É disso que tratamos aqui: o Sindicato como lugar central de elaboração da experiência operária do ABC. Não que nele tenha se esgotado as experiências e os significados construídos entre os metalúrgicos naquele período. Mas, foi em torno dele que as diversas práticas de resistência e de

21. Destacam-se: Frederico (1979), Maroni (1982), Humphrey (1979 e 1982), Ramho e Bargas (1983), Abramo (1999).

Luta adquiriram a denominação de novo sindicalismo. Isso, graças, como notou Sader (1988: 288), à capacidade que teve de “assimilar e estimular as múltiplas e difusas formas de resistência operária que ocorriam nas empresas”. As quais, embora muitas vezes ocorressem como iniciativas autônomas ao fazer sindical, acabavam reconhecendo nesse espaço “um meio eficaz para a defesa de seus interesses”. Obviamente que o processo de reelaboração, que operou sobre o conjunto dos conflitos e iniciativas organizativas que iam surgindo entre os trabalhadores, ocorreu sob determinadas referências, ênfases, escolhas. Entretanto, e é isso o que pretendemos enfatizar, foi no espaço sindical que tal processo se deu centralmente. O fato da experiência em questão ter sido articulada em torno do Sindicato e dos canais de participação constituídos em seu entorno já diz muito sobre ela e suas possibilidades.

A construção discursiva trabalhada por anos a fio a partir do agente Sindicato teve como um dos elementos nucleares a constatação de que o “milagre econômico”, para o qual os trabalhadores tinham concorrido decisamente, não estava revertendo em benefícios para estes. Ao contrário, construiu-se a idéia de que ocorria desde a segunda metade dos anos 60 um persistente processo de perda do seu poder aquisitivo, que passou a ser nomeado como “arrocho salarial”: “o poder aquisitivo do trabalhador se reduz, ou, na melhor das hipóteses, continua o mesmo, impedindo que nós usufruamos desse extraordinário progresso econômico do Brasil” (TM, nº 11, 1972).

Por ocasião do I Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo, realizado em 1974, por exemplo, constou da Declaração de São Bernardo do Campo²² um reconhecimento explícito da importância do crescimento da produtividade do trabalho para o crescimento econômico daquele momento. O texto extrai daí a necessidade dos trabalhadores se mobilizarem para conquistarem uma participação maior nos ganhos auferidos pelas empresas. Estabelece um contraste entre as possibilidades de se avançar nessa direção e os entraves oferecidos pela estrutura sindical. Consta uma “inadequação entre o processo produtivo das empresas modernas, aqui predominantes, e a estrutura sindical vigente desde 1943, anacrônica particularmente para esta região...” (apud Sader, 1988: 294).

Já no começo da gestão de Paulo Vidal fazia-se uma associação entre a força potencial dos metalúrgicos do ABC e a defesa da proposta da liberdade sindical: “A livre negociação, na base da igualdade de força, é que possibilitaria à classe operária, e particularmente a nós aqui do ABC, a conquista de salários decentes e compatíveis com os lucros que damos às empresas” (TM, nº 01, 1971). No referido Congresso, às vésperas das eleições que levará Lula à presidência do Sindicato, se articulam como horizonte de luta a alteração da política salarial, a negociação direta com os patrões, a instituição de contratos coletivos de trabalho, a plena liberdade sindical, a defesa do direito ao trabalho sindical no interior das fábricas.

Delineia-se ali mais claramente uma nova perspectiva de ação sindical, que aponta cada vez mais para uma oposição ao modelo de gestão das relações de trabalho e, conseqüentemente, à estrutura sindical e ao regime. A ação sindical vai se contrapondo crescentemente ao “arrocho salarial”, à “farsa dos dissídios coletivos” e ao controle governamental sobre os sindicatos. Esbarra, de modo cada vez mais frontal, nas restrições políticas, no aparato jurídico e repressivo que ancorava o regime, na sua intransigência. Adquiriria auto-confiança e auto-referência. Buscava posicionar-se de uma outra maneira frente ao Estado e ao patronato: “Se cada um de nós é o sindicato, se as conquistas dos trabalhadores sempre foram resultado da união e da luta de todos, o que estamos esperando?”; “Enquanto não existir união, o máximo que nos resta é pedir, enquanto o que necessitamos é exigir o que nos é de direito” (Paulo Vidal, TM, nº 22, 1974). Gradativamente, vai se estabelecendo uma ruptura com o que Abramo (1999), citando Pellegrino (1983), chamou de regras de reciprocidade, que tinha sido a base da adesão (sempre ambígua) do Sindicato ao projeto desenvolvimentista da ditadura militar. Tal ruptura resultara da evolução da experiência sindical metalúrgica em São Bernardo, segundo o modo como vinha sendo construída e as respostas que vinha elaborando para as questões colocadas em cada momento.

Para além dos determinismos

A constituição de uma classe operária altamente concentrada em grandes empresas na região do ABC, na maioria multinacionais do ramo automobilístico e tidas como “modernas” ou “dinâmicas”, atraiu a atenção de alguns estudiosos. Rodrigues (1970) realizou um estudo no qual con-

22. Um marco para o projeto sindical que se esboçava no ABC, saindo em defesa da liberdade sindical.

cluiu que os salários relativamente mais altos e uma política de promoções internas seriam fatores, que, aliados ao perfil daquele operariado (constituído em grande parte por migrantes oriundos do campo) e à política salarial do governo (que previa reajustes de acordo com a inflação), resultava em um estado de "satisfação" dos trabalhadores, que os impedia de adquirir uma "consciência anticapitalista".

Para Almeida (1975), com o desenvolvimento da "indústria moderna" no país, a classe trabalhadora teria passado por um amplo processo de diversificação interna, ao mesmo tempo em que a legislação trabalhista se mantinha a mesma, preconizando soluções uniformes. Assim, a tendência seria de crescente conflito entre os "novos problemas" e as "velhas estruturas". O anacronismo da estrutura sindical resultava de sua incapacidade de contemplar as novas demandas surgidas nos setores mais "dinâmicos" da economia. Entretanto, ao deter-se sobre a prática do SMABC, vê-se uma postura tendente ao "divisionismo", ao basear-se no entendimento de que poderiam, pelas condições potenciais que reuniam, negociar diretamente com as empresas e, com isso, obter conquistas para além daquelas estabelecidas no âmbito da tutela estatal, distanciando-se dos outros sindicatos.

De fato, o referido Sindicato vinha procurando encaminhar, desde 1974, as campanhas salariais de maneira independente da Federação. Mas, frente às acusações de "divisionismo", que surgia também da parte dos próprios sindicalistas, Lula assim se defendia:

"Nós não queremos dividir a categoria como alguns afirmam. A tentativa de sair sozinho é de separar a classe patronal. Num dissídio com todos os patrões juntos, vão também os representantes das pequenas empresas do interior e a classe patronal quer sempre nivelar por baixo. Nós vamos tentar fazer ver que os patrões de São Bernardo podem dar um pouco mais que os outros. Afinal de contas, é aqui que as grandes multinacionais ganham seu dinheiro" (apud Antunes, 1988: 17).

Para além disso, contava também as divergências, cada vez maiores, com a direção da Federação. Entretanto, Almeida (1975: 73) entendia que, em um segmento "privilegiado", como aquele dos operários da indústria automobilística, estaria se esboçando uma prática sindical "algo próximo ao 'sindicalismo de negócios' (business union) norte-americano: combativo, 'apolítico', solidamente plantado na empresa, tecnicamente prepara-

do para enfrentar e resolver problemas gerais e específicos de seus representantes". Tal prática sindical só poderia resultar na constituição de uma "aristocracia operária".

Humphrey (1979) foi um dos primeiros a contestar as teses de Rodrigues (1970) e de Almeida (1975). Admite que parcela significativa da classe operária brasileira estaria situada nos "setores dinâmicos", por sua vez se operaria brasileira estaria situada nos "setores dinâmicos", por sua vez trazendo características diferenciadas em relação às indústrias "tradicionais". Constatava que as empresas "modernas" são maiores, mais produtivas, internacionalizadas, mais concentradas e com uma tecnologia relativamente sofisticada. Citando Weffort (1974), reconhece que, se o sindicalismo populista no pré-64 teria sido de certo modo favorável à melhoria das condições de vida de segmentos dos trabalhadores, mostrava-se por outro lado cada vez mais incapaz (voltado prioritariamente que estava para o setor público e para as pequenas empresas do setor privado) de atingir a nova classe operária, portadora de novas demandas.

Com o Golpe de 1964, segundo o autor, um novo impulso dos setores "dinâmicos" da indústria aprofundou as diferenciações na classe operária. Além do mais, um maior controle estatal sobre os sindicatos e a adoção de uma política salarial centralizada e orientada para o "arrocho" tiveram contribuído para que surgissem novas formas de ação. Os exemplos mais evidentes disso teriam sido as greves de Osasco e Contagem, ocorridas em 1968, as quais tinham em comum o fato de se situarem em setores "dinâmicos" da indústria e terem sido resultado da mobilização das bases operárias, mais do que das cúpulas sindicais.

No estudo que empreendeu particularmente sobre o setor automobilístico notou que os salários ali praticados, apesar de serem muito mais altos do que os verificados na média da indústria, teriam sido alvo igualmente dos rigores da política salarial do governo. Além disso, observou que os salários mais elevados tinham como contrapartida maiores exigências em termos de disciplina e de intensidade do trabalho. Constatou, ainda, que os operários do setor demonstravam insatisfação em relação à evolução de seus salários, à intensificação do trabalho, à rotatividade da mão-de-obra, entre outros problemas.

De tal maneira, entre 1974-75, "a escassez de mão-de-obra combinada com uma inflação montante resultou na eclosão simultânea de inúmeros movimentos nos locais de trabalho em favor de melhores salários, assumindo mais uma vez os operários dos setores dinâmicos um papel de

liderança" (Humphrey, 1979: 90). A eclosão de conflitos fabris nesses setores, por sua vez, teria exercido pressão sobre os sindicatos, em alguns casos tornando-os mais sensíveis às suas demandas, tais como: defesa das negociações coletivas livres, das negociações entre sindicatos e empresas específicas, do direito de greve etc.

Com base nesse estudo e citando mais uma vez Weffort (1974), Humphrey (1979) se contrapôs à tese da "ideologia do atraso", que teria fundamentado a estratégia populista, ao ter como pressuposto a incapacidade da classe trabalhadora de organizar-se de maneira autônoma. Concluiu nos seguintes termos: "os dados até agora apresentados não mostram que as fábricas de automóveis no Brasil são povoadas de proletários industriais com consciência de classe"; entretanto, "indicam de fato que, se o sindicato melhorasse sua penetração, encontraria provavelmente uma resposta favorável aos esforços que fizesse no terreno dos salários e das condições de trabalho" (1979: 138-139).

Outros trabalhos, na maioria realizados já sob o impacto do crescimento e acirramento das lutas sindicais e fabris no final da década, reconhecerão nesses segmentos, a partir de perspectivas diversas, um campo com vigoroso potencial político. Além das abordagens de Humphrey (1979, 1980 e 1982), cada vez mais problematizadoras da sua estereotipização como uma "aristocracia operária" e como base de um "sindicalismo de negócios", outros estudos passam a vê-los como uma "vanguarda" da classe operária (o próprio Humphrey, 1982, Frederico, 1979, Antunes, 1988). Referindo-se ao estereótipo, divulgado pelos meios de comunicação e corroborado por setores da sociologia, segundo o qual "os trabalhadores brasileiros, por sua origem rural recente, seriam totalmente apáticos e alienados", Frederico (1979: 147-148) contesta: "A presença combativa do operariado no cinturão industrial de São Paulo tornou-se, então, uma realidade tão marcante que, por si só, já anuncia o começo do fim dessa imagem de passividade crônica e inconsciência sem saída". Também para Antunes (1988: 27), concordando com Humphrey (1982), "aquele segmento que alguns caracterizavam como sendo um pólo privilegiado e benéfico, na verdade, vivenciava, de forma direta, a intensidade da exploração da força de trabalho". Frederico e Antunes identificam como vanguarda, a rigor, aqueles que portariam a "consciência de classe" (no sentido de Georg Lukács), em oposição à consciência "contingente", "espontânea", à "falsa consciência", normalmente predominantes mesmo em setores mobilizados

do operariado. Nesses termos, Frederico aponta a existência de um segmento, entre os operários metalúrgicos do ABC, denominado de "operários avançados" (não os confundindo com a diretoria do Sindicato), mas ainda como uma promessa, visto que não poderia prescindir para tanto do "baciolo revolucionário" que só poderia ser trazido pelos intelectuais marxistas. Para Antunes, as fragilidades políticas do operariado do ABC, apesar do inquestionável potencial, eram flagrantes. Avaliou as greves de 1978 a 1980, por exemplo, como movimentos de tipo fundamentalmente "espontâneo" (quanto à sua "processualidade"), visto que não teriam contado com uma "direção política consciente", o que teria sido particularmente desastroso na greve de 1980.

Em outra direção, certas abordagens passam a nomear os movimentos então emergentes como "sujeitos políticos autônomos", constituídos a partir de uma densa experiência de conflitos fabris (Maroni, 1982)²³ e de uma ação sindical de novo tipo (Moisés, 1982a e 1982b; Abramo, 1999; Sader, 1988). Sob perspectivas diversas, o debate político e acadêmico sobre o que começava a se esboçar em termos de conflitos fabris e práticas sindicais no ABC vai sofrendo (não sem se deixar impactar profundamente por eles²⁴) um deslocamento das tradicionais abordagens deterministas para interpretações onde se valorizava mais o papel dos sujeitos individual e coletivamente constituídos. Sader (1988: 40), após constatar que a teoria do sindicalismo metalúrgico de São Bernardo refutara o prognóstico de Almeida (1975), acrescenta:

"Mas o que nos interessa agora é buscar os pontos na sua elaboração que a levaram de uma tão cuidadosa análise das relações entre estrutura industrial e legislação sindical para uma tão deficiente caracteri-

23. Referindo-se à resistência operária empreendida no processo de trabalho fabril até a eclosão das greves em 1978, Maroni (1982: 50, grifos da autora) propõe: "São lutas que, ao se efetivarem, propõem a *autonomia* e a *autodeterminação* operárias quanto ao processo de trabalho e provam também que, se a estratégia do capital se materializasse em práticas reais (...) a irracionalidade delas viria à tona. Ou seja, a organização capitalista do processo de trabalho é obrigada a conviver com um elemento que desde sempre buscou aniquilar a *iniciativa operária*".

24. "O impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua representação". Ou seja: "Tratava-se de uma novidade no real e nas categorias de representação do real" (Sader, 1988: 26-27).

zação das orientações dos agentes sociais aí implicados. E creio que o problema central está no modo como ela usa a noção de 'interesses'. Quando ela diz que o projeto daquela corrente sindicalista correspondia aos 'interesses' do setor moderno dos assalariados fabris, poupan-do-se de qualquer análise específica sobre os valores assumidos por tais agentes, era como se aqueles interesses decorressem naturalmente das características das indústrias onde estavam empregados. Mas, então, seriam inexplicáveis as diversidades de orientações entre correntes sindicais assentadas em setores industriais com estrutura produtiva similar".

Enquanto isso a experiência operária e sindical no ABC continua surpreendendo.

Quando a continuidade exige rupturas

O esforço de aproximação do Sindicato em relação aos metalúrgicos, de constituição de uma identidade coletiva auto-afirmada entre os operários, de sua afirmação como "órgão de defesa dos interesses dos trabalhadores", seu representante, chegou a um ponto crítico entre os anos de 1973 e 1974, com a intensificação das mobilizações nas fábricas. Ocorreu ali um primeiro momento de encontro entre uma ação sindical que buscava uma relação cada vez mais estreita com os trabalhadores, especialmente em seu local de trabalho, e as lutas de resistência empreendidas silenciosas e persistentemente pelos operários nas fábricas, durante os tempos de maior repressão.

Quando vieram à tona - tornando-se visíveis para os próprios trabalhadores em cada empresa (que delas só tinham uma percepção fragmentada), para o Sindicato (que estava longe de ter uma idéia da dimensão que representavam) e até para a sociedade (visto que teve alguma repercussão na imprensa) -, tais conflitos, ao revelarem um diverso e profícuo campo de iniciativas em muito alheio à iniciativa sindical, colocaram a este um desafio: ao Sindicato caberia redimensionar sua estratégia, ou no sentido de recuar em alguma medida no seu propósito de buscar uma aproximação cada vez maior com os trabalhadores, ou no sentido de apostar ainda mais em tal perspectiva.

Desde as eleições de 1972, mesmo com a confirmação de Paulo Vidal na presidência, começava a constituir-se um grupo dentro da diretoria (entre eles, Lula) que demonstrava maior empenho em aproximar a ação sindical das bases. A atitude do Sindicato diante dos conflitos fabris, evididos em 1973-74, acirrou as tensões internas. Paulo Vidal teria avaliado tais mobilizações, longe da presença do Sindicato, como cheia de riscos, embora tenha concorrido para motivá-las. Entretanto, agora pareciam sair do controle. Ensaçou um recuo. Mas, o grupo que se articulava em torno de Lula, não só as avaliava positivamente como as via como prioridade do Sindicato. Resultou desse embate a realização do I Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo e a criação do Conselho de Coordenação dos Trabalhadores de Base (CCTB). Este, como um espaço de articulação da atividade dos diretores de base, visando ampliar a presença do Sindicato nas empresas.

O desgaste de Paulo Vidal em relação aos demais membros da diretoria acabou, por ocasião das eleições realizadas em 1975, deslocando-o para a secretária geral e alçando Lula para a presidência. Lula era membro da diretoria desde 1967 e embora, no início, tenha chegado a participar de reuniões com segmentos da oposição, integrou o grupo liderado por Vidal durante todo o período que se seguiu. O novo arranjo evitava dissidências e aos sócios foi apresentado como uma continuidade. É sintomático que, mesmo em uma conjuntura política mais "distencionada" e em meio a um crescente processo de mobilização da categoria, é mesmo com tais tensões na diretoria, não tenha se apresentado uma chapa de oposição. Considera-se ainda que, dos 16.700 sócios, compareceram 14.608 votantes, 14.209 dos quais tendo votado na chapa única (Paranhos, 1999).

O próprio Lula admitirá, mesmo depois das greves de 78, quando Paulo Vidal e os diretores que lhe eram mais próximos já não estavam mais na diretoria: "Tive um pouco de sorte na presidência, sabe, tô colhendo aquilo que meus antecessores plantaram" (Lula, 1980: 16). Em outra entrevista no mesmo ano: "o trabalho realizado agora é apenas consequência e continuação do trabalho efetuado pelos colegas que nos antecederam" (Lula, 1980: 42).

No seu discurso de posse, Lula reafirma no fundamental todos os elementos que vinham marcando a trajetória do sindicalismo metalúrgico em São Bernardo desde os primeiros anos da década. Reforça a idéia dos metalúrgicos e do Sindicato como um coletivo autorealizado na sua

capacidade de luta: "somente pela nossa própria ação, conseguiremos atingir os objetivos almeçados pela classe que representamos". Destaca, como prioridade, a estratégia de "trabalho de base", visando "a conscientização da classe", e a "formação de novas lideranças". Defende o propósito de "dar continuidade à luta pela liberdade e autonomia sindical, para tirar as entidades de classe da posição cômoda e constrangedora em que se encontram". Reafirma a proposta da "contratação coletiva de trabalho". Admite a ampliação dos serviços de assistência do Sindicato, mas faz uma ressalva: "esta necessidade se faz muito mais pela ineficiência dos órgãos competentes do que por ser da função sindical". Retoma o propósito de aprofundar a relação (de identificação-associação e diferenciação-delegação) entre a categoria e o Sindicato:

"O sindicato somos todos nós; ele existe em função de todos vocês; por isso somos a família metalúrgica. Sua diretoria será um reflexo da união da classe. Lembrem-se sempre: nossos êxitos serão vossos êxitos; nossos fracassos serão os vossos fracassos; a vossa união será a nossa força; a vossa compreensão será o nosso consolo e a vossa constante presença será a nossa alavanca para remover os obstáculos que se nos apresentarem" (TM, n° 29, 1975).

O momento era de "distensão política", conduzido pelo governo Geisel. O João Ferrador se sentia mais à vontade para adotar uma linguagem mais direta na crítica, da diretoria do Sindicato, ao Governo, embora se mantendo cuidadoso e sutil:

"Pelo que entendi, Senhor Presidente, isso [a lei que desobriga as entidades de submeter suas contas à aprovação do Ministério do Trabalho e que dá autonomia para venda de bens sindicais] significa maior liberdade aos sindicatos e às assembléias dos trabalhadores em questões administrativas (...). Entretanto, Senhor Presidente, vejo que se trata somente de uma liberdade pequena, de alcance limitado. O ideal seria que essa medida viesse acompanhada de outras providências que concedessem, em seu todo, autonomia e liberdade mais amplas à movimentação não apenas das diretorias sindicais, mas aos próprios trabalhadores. Leio sempre que o senhor está interessado no fortalecimento dos sindicatos, que deseja um sindicalismo atuante e autêntico. Estou

seguro, por experiência própria, que essa pretensão só se concretizará quando os trabalhadores tiverem liberdade de negociar com seus patões suas próprias condições de salário e de trabalho; quando puderem sem as restrições da Lei promover um processo de convenção coletiva. Para isso, Senhor Presidente, precisaria que o governo de S. Excia. mexesse um pouco mais em nossa legislação trabalhista, restabelecendo antigos direitos dos operários, como por exemplo, o de poderem fazer greve" (TM, n° 39, 1976).

A nova diretoria passa a apostar de modo muito mais enfático no trabalho de base, em particular por meio da implementação do CCTB. Era preciso ir além dos limites impostos pela estrutura sindical²⁵.

Na campanha salarial de 1975, o Sindicato se volta prioritariamente para buscar ampliar a participação dos metalúrgicos. Nas palavras de João Ferrador (agora, já mais explicitamente identificado com a fala da diretoria) a mensagem é dada:

"Ninguém deve faltar nessa assembléia e muito menos devemos alimentar a ilusão de que a diretoria sozinha encaminhará, com arrojo e sabedoria, as nossas reivindicações. É claro que ela tentará fazer isto, mas se não contar com uma poderosa rearguarda — a nossa participação em todas as fases do desenvolvimento da campanha — todos seus esforços para dar a solução ideal ao problema salarial, serão inúteis" (TM, n° 27, 1975).

Um fato ocorrido no ano de 1977 contribuiu decisivamente para demarcar uma passagem no tom do discurso sindical frente ao governo e para acirrar os ânimos entre os trabalhadores: a publicação pela Folha de São Paulo (de 31 de julho) de um relatório secreto do Banco Mundial, onde se questionava o índice oficial de inflação verificado no Brasil em 1973. Com a repercussão do caso, o Governo reconheceu parcialmente a diferen-

25. Em 1978 Lula fez o seguinte comentário: "A estrutura sindical permite apenas 24 diretores, não importa o tamanho da categoria. Um sindicato que representa 2.000 trabalhadores tem o mesmo número de diretores que o de São Bernardo, que representa 120.000. Tenho 623 empresas na minha base. Só tenho diretor em 12. Ficam 611 descobertas, sem nenhum dirigente sindical, porque a lei não permite mais" (Lula, 1980: 19).

ca. O Dieese, sob solicitação dos sindicatos, calculou a perda salarial em 34,1%²⁶. A partir de então vários sindicatos se lançam em uma "campanha de reposição salarial", desencadeando uma onda de mobilizações sindicais em todo o país:

"De agosto a novembro, mais de 100 entidades sindicais aderiram à Campanha. Em várias categorias, realizaram-se assembleias massivas, algumas com até 5 mil trabalhadores. Pela primeira vez, desde as greves de Osasco e Contagem em 1968, o movimento sindical conseguirá tornar-se visível para o conjunto da sociedade" (Abramo, 1999: 194).

A forma de ação principal adotada pelos sindicatos, incluindo o SMS-BC, se deu via ações na Justiça do Trabalho, buscando responsabilizar a União por "perdas e danos" e/ou instaurar um dissídio coletivo. Ao mesmo tempo, e pela primeira vez, o Sindicato cogita claramente a possibilidade da greve, embora ainda condicionado-a aos limites legais: "Não deverá ser desprezada a viabilidade de movimento grevista desde que amparado na Lei 4330, e que a categoria esteja preparada para tanto" (apud Rainho e Bargas, 1983: 41).

A onda de paralisações parciais, operações tartarugas, recusas de realizar horas extras, entre outras formas de mobilização autônomas nas fábricas encorajavam-no a lançar, ainda que a cercando de cuidados, a proposta de greve. Para quem vinha, como o Sindicato, estimulando e preparando ações mais ousadas da base metalúrgica na defesa de suas reivindicações, o momento era mais do que propício para sugerir-las e articulá-las. Entretanto, a situação, segundo avaliava-se, também exigia cautela:

"Pela primeira vez foram realizadas grandes assembleias fora da campanha salarial e os trabalhadores estavam dispostos a alinhar-se em qualquer plano de luta que fosse idealizado. O Sindicato porém preferiu agir com cautela (mesmo porque já se falava em repressão contra nós), equacionando o movimento nos estreitos limites da legislação vigente" (TM, nº 44, dezembro de 1977).

26. Moisés (1982) lembra que o Dieese vinha denunciando sistematicamente, desde o início dos 70, a manipulação dos dados utilizados pelo governo para reajustar os salários, em prejuízos para os trabalhadores. Até que, após alguma repercussão internacional, economistas do Bird fizeram um estudo sobre o assunto e escreveram um relatório secreto, confirmando o teor das denúncias. A Folha de São Paulo, após ter acesso ao tal relatório, o publicou em julho de 1977.

A trajetória sindical dos metalúrgicos de São Bernardo havia se realizado, durante as duas gestões de Vidal, por uma complexa combinação entre certa radicalidade (no sentido de estar sempre pressionando os limites políticos e institucionais) e um cioso senso de responsabilidade (no sentido de procurar evitar os riscos que pudessem levar a uma reversão dos espaços já conquistados). De um lado, incentivo à mobilização, à participação e à luta e, de outro, observância dos recursos legais e institucionais (especialmente das suas brechas e contradições), até os seus limites.

A partir de 1975, fruto da combinação de uma conjuntura mais "dificionada" com uma posição da nova diretoria ainda mais claramente definida pela mobilização e organização de base, o pêndulo pesará cada vez mais para uma maior radicalidade, entretanto mantendo-se sempre de alguma maneira referenciado no elemento da responsabilidade. Tal postura constituiu-se em uma marca dos chamados "sindicalistas autênticos", dos quais as lideranças do ABC já eram sua principal expressão²⁷. Esses se diferenciavam tanto daqueles mais comprometidos com a estrutura sindical oficial, como dos setores que se colocavam em uma perspectiva de crítica mais radical a essa (particularmente agrupados sob a denominação de "oposições sindicais"):

"A particularidade que marcou a corrente dos 'autênticos' foi sua capacidade de absorver as pressões das bases e canalizá-las pelo interior do aparelho sindical. Tratou-se de uma operação das mais delicadas. Era tão estreita a margem legal para seu trabalho que viviam na ambiguidade entre querer evitar a insatisfação das bases e tentar manter o respeito à legalidade. Por isso estavam continuamente sob o fogo da crítica das oposições" (Sader, 1988: 182).

27. A corrente dos sindicalistas autênticos, segundo Sader (1988: 182), compreendia inicialmente, além dos sindicalistas de São Bernardo, sobretudo a partir da primeira gestão de Lula, em 1975, as diretorias do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, presidida por Benedito Marcolli, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, presidida por Henos Amorim, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, presidida por Marcelo Gatto e, depois, por Arnaldo Gonçalves; e a diretoria do Sindicato dos Petrolíferos, presidida por Jacó Bitar. Destaque-se que todos eles dirigiam entidades baseadas nas "grandes indústrias modernas, de cujos conflitos de trabalho nasceram movimentos autônomos pela base".

A experiência da Campanha de Reposição Salarial marcou um novo momento no sindicalismo. Em particular, para os metalúrgicos do ABC. Proporcionou um confronto direto com os patrões e o governo. Ao mesmo tempo, ao não resultar em ganhos imediatos, evidenciou a necessidade de se avançar em novas formas de luta. No geral, o Sindicato saiu fortalecido e os trabalhadores passaram a frequentá-lo mais assiduamente.

No início de 1978, Lula cada vez mais afirmava sua liderança perante os trabalhadores, em uma eleição onde novamente os segmentos que se apresentavam como de "oposição" não conseguiram concorrer. A base de militância em torno do Sindicato alargava-se e diversificava-se²⁸. Novas lideranças, oriundas do trabalho de base, são incorporadas à diretoria. No seu discurso de posse, Lula se mostra ainda mais crítico:

"Até agora, só é destinado ao trabalhador produzir. Onde está a democracia? (...) Fui um dos primeiros a acreditar na validade do diálogo que se anunciou nos últimos tempos. Por isso, procurei o governo. Procurei também os empresários. Mas depois de oito meses, infelizmente, tenho a dizer que nada mudou e creio que dessa forma nada mudará. Cheguei, lamentavelmente, à conclusão de que a classe empresarial não quer negociar com seus trabalhadores, mas tirar toda a sua força física até a última gota de suor (...). A situação da classe trabalhadora não é boa, mas haverá um dia que nós trabalhadores acordaremos com sede de liberdade, com sede de viver dignamente" (apud Rainho e Bargas, 1983: 60).

Nesse ano o Sindicato decidiu não encaminhar a campanha salarial por meio do ritual do dissídio, mas através da negociação direta com os patrões. Conforme depoimento de Lula:

"Isso causou um impacto na categoria. O pessoal ficou assustado achando que a gente não ia pegar o aumento. E a gente fazia questão

de dizer na assembleia: o que vem por lei vai vir, mesmo a gente não fazendo nada. Agora, se a gente quiser pegar um pouquinho mais, aí vai depender de nós. Isso foi muito importante, porque, pode até ter sido coincidência, mas o fato é que o índice foi decretado pelo governo, o pessoal recebeu o pagamento no dia 10 de maio e no dia 12 eles pararam" (Lula, apud Abramo, 1999: 202).

A paralisação dos trabalhadores da Scania, no dia 12 de maio, desencadeou uma onda de greves que atingiu o conjunto dos metalúrgicos do ABC e do Estado, incluindo outros setores²⁹. Até esse momento ainda havia o tabu da greve, como sugere Gilson Menezes, então trabalhador da Scania e dirigente sindical de base, ao contar como surgiu a idéia da "paralisação":

"Então surgiu da parte da gente: que tal a paralisação? Para que a gente reivindicasse, exigisse o salário. Ai muitos falavam: 'Vocês não viram em 77, a ferramenta começou a pressionar e conseguiram?' Mas a palavra greve é que estava difícil de sair. Então o pessoal propôs parar dentro da fábrica. Parar, mas não era greve. Era uma parada" (apud Rainho e Bargas, 1983: 67).

Os próprios trabalhadores, com ou sem apoio de delegados sindicais, iam deflagrando o movimento em cada empresa e os mantendo como podiam. Foi marcante o fato das greves terem se generalizado como greves por fábricas, assumindo no seu próprio desenvolvimento uma grande diversidade de formas: desde paralisações totais e de longa duração (cujo principal exemplo foi o da Ford), até paralisações setoriais e parciais (como no caso da Volks) e paralisações relâmpagos, de curtíssima duração (Antunes, 1988).

28. Em janeiro de 1978, o I Congresso da Mulher Metalúrgica, realizado pelo Sindicato, contou com a participação de 300 delegadas. Em outubro foi realizado o III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo, desta vez contando com as principais expressões do sindicalismo "autêntico" no país (com direito de voz e voto), cujas resoluções tornaram-se uma das principais referências do novo sindicalismo.

29. O clima político vivido pelo país naquele momento era propício, como admitiu o próprio Lula: "Eu acho que a paralisação tem muito a ver com o quadro político. Tinha movimento de estudantes, de intelectuais, de curso de vida, tinha dezenas de movimentos na rua, a imprensa dava muito destaque, aquela coisa toda" (apud Abramo, 1999: 191). Para abordagens detalhadas e sob óticas diversas sobre aqueles acontecimentos, ver Maroni (1982), Humphrey (1982), Abramo (1999), Antunes (1988).

Aquela situação foi para todos, inclusive para a diretoria do Sindicato, uma grande novidade. Mas, mesmo não tendo sido o responsável direto e imediato pelo desencadeamento das paralisações, não há como não reconhecer o papel do Sindicato naqueles acontecimentos. Em primeiro lugar, a sua trajetória ao longo dos anos 70 o credenciava como um artífice fundamental dos processos que levaram à interrupção do movimento. Em segundo, uma vez desencadeadas as paralisações, o Sindicato colocou-se em sua defesa e passou, por solicitação dos próprios grevistas (que se encontravam sob o risco de sofrer perseguições por parte das empresas), a representá-los nas negociações.

O epicentro do movimento foi o ABC. Mas, semanas depois se espalhou por outras cidades do Estado e para a Capital. Nesta, ao contrário de contarem com o apoio do Sindicato, as greves foram articuladas pela Oposição Sindical Metalúrgica – OSM, que a partir de então foi projetada como uma referência para o sindicalismo em São Paulo e no país: emergiu assim um outro pólo destacado do novo sindicalismo.

São Paulo concentrava cerca de 400 mil operários metalúrgicos, dispersos por algo como 13 mil empresas, de tamanhos diferentes e distribuídas por diversas regiões da cidade. Nessa base havia se consolidado, com a participação decisiva do imposto sindical, uma imensa burocracia sindical, liderada por Joaquim dos Santos Andrade, o “Joquinzão”. O índice de sindicalização não passava dos 20%. Foi nesse contexto que surgiu e aoun a OSM. Ao longo de sua história, esteve sempre marcada por uma composição de diversas forças políticas. Embora no período de maior repressão foram os grupos de esquerda (Ação Popular, Polop, PC do B, dissidentes do PC e grupos trotskistas) os mais influentes, na fase seguinte, quando se disseminaram as mobilizações fabris, foram os militantes da Pastoral Operária e aqueles formados a partir dessas práticas que passaram a ter maior peso. Ao longo desses anos combinou uma ação centrada na organização dos trabalhadores nas fábricas com uma intervenção junto ao Sindicato, mas sob uma perspectiva de crítica radical à estrutura sindical oficial. Sobretudo com as greves de 1978, a OSM projetou-se como a principal referência dos trabalhadores mobilizados.³⁰

A onda de greve, embora por si só tenha representado um momento de radicalização da experiência sindical dos metalúrgicos do ABC e apesar de ter sido em muito resultado do trabalho desenvolvido pelo próprio Sindicato, não o levou a abandonar a postura cautelosa. A nota oficial distribuída com a imprensa, naquela ocasião, dá a medida dessa referência:

“As paralisações são fruto das dificuldades enfrentadas pela classe operária e da intransigência que temos encontrado no meio da classe patronal: as paralisações têm sido espontâneas e através delas não há qualquer esquema ideológico ou político; reprovamos todos aqueles que porventura queiram se valer destas circunstâncias para acirrar ou sugerir soluções contrárias aos interesses dos trabalhadores; esperamos que os fatos levem à mesa de negociação e que resultem em soluções democráticas e razoáveis, e jamais sirvam de pretexto para radicalizações, repressões ou violências; aos trabalhadores recomendamos a firmeza sem violência e a abertura constante ao diálogo construtivo. Alertamos para que não se deixem influenciar por panfletos clandestinos e provocadores que nada têm de comum com a luta dos trabalhadores e do Sindicato” (apud Sader, 1988: 302).

Em diversas declarações à imprensa no período, as lideranças sindicais do ABC insistiram em ressaltar a “maturidade” dos trabalhadores em greve, que não teriam resvalado para a “baderna”. Ao mesmo tempo, embora assumindo um papel central na mediação das negociações desencadeadas com as paralisações, a diretoria do Sindicato, com receio de suscitar a intervenção do Ministério do Trabalho, procurou igualmente deixar claro que essas haviam sido deflagradas à sua revelia.

No dia 30 de maio, pela primeira vez, estabeleceu-se uma convenção coletiva entre o SMSBC e o Sindicato Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Sinfavea), prevendo um aumento de 11% mais uma antecipação de 13%. Os dirigentes metalúrgicos comemoraram e se empenharam em torná-la uma referência para os demais setores, particularmente para os setores de auto-peças e de máquinas (embora sem sucesso).

Acima de tudo, mantendo-se sobre o fio da navalha, mas sempre forçando os limites políticos e institucionais, o Sindicato conseguira imprimir aos acontecimentos um sentido que favorecia a sua legitimação perante os trabalhadores, o meio sindical e a sociedade, assim como legitimava

30. Ver, a respeito da trajetória da OSM até a passagem aos anos 80: Sader e Telles (1982), Farina (1986), Sader (1988), entre outros.

perante esses o arranjo prático-discursivo que vinha articulando. Em um cada vez mais intenso diálogo com os trabalhadores e com os conflitos fabris, incentivava-os à mobilização, estimulava sua auto-estima, realçava-lhes sua força potencial, esforçava-se em assimilar suas sinalizações, suas iniciativas, suas movimentações, sugerindo-se como sua expressão, seu representante.

Logo após o término do movimento, o Sindicato, através de sua diretoria, buscou afirmar perante suas bases uma interpretação para aqueles acontecimentos e, com isso, consolidar-se como espaço principal de elaboração sobre as experiências de luta e organização que se davam ali. Propôs a seguinte avaliação:

"(...) Com isso [com as conquistas] rompemos a rígida política salarial, obrigando o governo a anunciar a intenção de revisá-la, adequando-a à realidade do trabalhador (...). O movimento provou a ineficiência da lei antigreja, obrigando o governo imediatamente a constituir uma comissão para modificá-la (...). Conseguimos nos impor como classe social organizada e, assim, passar a influir nas decisões governamentais, sempre que tomadas contra os nossos interesses e anseios (...). Finalmente, nos revelamos a nós mesmos; percebemos que temos força e que somos capazes, quando unidos e organizados, de levar o patronato ao diálogo produtivo com nosso sindicato, respeitando nossas reivindicações" (TM, n° 46, 1978).

O movimento foi tido como vitorioso. O acordo com o Sinfavea havia representado uma ruptura tanto com a política salarial do governo (prevendo aumentos acima dos índices estabelecidos oficialmente), como com o seu aparato político-jurídico-repressivo (desafiando a Lei de Greve e o poder repressivo da ditadura). O movimento representara um desafio frontal ao governo.

Vivia-se um momento de efervescência política no país. O centro dos acontecimentos era a região do ABC, onde estavam concentrados os maiores contingentes operários e onde se desenvolvia uma experiência sindical com projeção nacional. Ao mesmo tempo, o processo em curso não resultara de um projeto de vanguarda, nos termos postos pela esquerda marxista, que aliás mesmo com o movimento operário em ascensão vivia uma situação de crise. Nos termos de Sader (1988: 170):

"Embora os golpes desfechados pela repressão tenham configurado o aspecto mais pungente e visível dessa derrota, eles constituiram apenas um dos fatores da profunda crise que então se abatia sobre a esquerda. O outro — que toca na sua própria identidade — se origina no fato de que essa derrota se produziu em enfrentamentos nos quais os supostos 'sujeitos revolucionários' (as 'massas') não tiveram participação (...). Estampado o deslocamento entre as supostas vanguardas e suas supostas massas, sobrevém uma verdadeira crise de identidade na esquerda revolucionária. A autocrítica que lhe corresponde tem como tema central justamente a ligação das 'vanguardas revolucionárias' com as 'massas trabalhadoras'".

O referido processo fazia-se, ao contrário, como um exercício de construção de uma situação avançada, no sentido de que passou a perseguir rupturas no quadro institucional e político que vigia no país, mas como um projeto aberto:

"Através de sutis e progressivos deslizamentos de significados, um discurso da conciliação vai se tomando um outro, da contestação. Não se trata de alguma hábil dissimulação através da qual, desde o início, o discurso da conciliação escondesse um silencioso propósito de contestação que esperasse a sua hora. Não. Como tampouco se trata de uma transformação operada por algum puro impacto de uma 'realidade' dos conflitos sobre as 'palavras' da conciliação (...). A prática discursiva do novo sindicalismo opera essa passagem — que não estava previamente inscrita em sua matriz nem na 'realidade' —, porque se 'abriu' de um modo determinado para os fatos que constituiu como sua realidade, abordando-os através de determinadas categorias, e não de outras" (Sader, 1988: 185).

As greves de 1978 resultaram de uma combinação de iniciativas dispersas e impulsivas, mas tendo na ação sindical um papel de preparação, fundamentação discursiva, apoio e articulação. Sob tais condições, ao produzir uma maior interação entre lutas de resistência nas fábricas e o Sindicato, contribuiu para consolidar este como o espaço de referência das experiências de luta dos trabalhadores e a diretoria como seu núcleo articulador. Em torno destes, mas para além de suas fronteiras (físicas e institucionais),

Sindicato em atuar representando fielmente³⁴ a vontade dos trabalhadores durante todo o processo da greve: “tudo o que foi discutido, tudo aquilo que nós ouvimos dos empregadores, a gente trouxe aqui à presença dos senhores, e a diretoria e a comissão de salários se submeteram à decisão máxima deste plenário” (grifo nosso). Na sequência: “eu disse a vocês que a diretoria do sindicato e a comissão de salários iriam até às últimas consequências para conseguir o nosso aumento de salário”. Isso porque, continuando, “no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo existe uma diretoria que tem um compromisso muito sério com a classe trabalhadora”.

Mas a situação era delicada. Os líderes sindicais sabiam que era praticamente certa a intervenção no Sindicato, em caso de recusa da proposta. Enquanto que, os trabalhadores, que continuavam amplamente mobilizados, estavam dando demonstrações evidentes, inclusive ao comparecer em massa à assembleia, de que a recusariam e manteriam a greve. O dilema se

34. Bobbio (1986) observa que há basicamente dois critérios a partir dos quais se deve considerar o sentido de “representação”: o primeiro relaciona-se “aos poderes do representante” e o segundo, “ao conteúdo da representação”. Quanto ao primeiro, o *representante* pode se colocar frente ao *representado* como um “delegado” (um porta-voz deste), cujo mandato se torna “extremamente limitado e revogável *ad nutum*”, ou como um “fiduciário”, para quem não haveria “vínculo de mandato”. Neste caso, o *representante* adquire “o poder de agir com uma certa liberdade”, ao gozar da confiança dos representados, de modo a assim poder “interpretar com discernimento próprio os seus interesses”. Quanto ao segundo critério, o autor também avalia duas possibilidades: aquela que se coloca como *representante* pode fazê-lo “no que se refere aos seus interesses gerais de cidadão ou no que se refere aos seus interesses particulares, por exemplo, de operário, de comerciante, de profissional liberal, etc.”. Finalmente, Bobbio estabelece uma relação entre, de um lado, “a figura do representante como delegado e a representação dos interesses particulares” e, de outro, “a figura do representante como fiduciário e a representação dos interesses gerais” (1986: 46). Quanto ao caso aqui em questão, a “delegação”, ao que se sugere, se tornou uma referência cada vez mais forte no estorço do Sindicato consolidar-se como um espaço legítimo de *representação* dos trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo. Para além disso, a experiência vinha evidenciando a construção de uma profunda relação entre *representação* e *participação*. Chami (1982), referindo-se à novidade do surgimento do PT em contraste com a tradição da política brasileira, chama a atenção para os diversos sentidos que teriam sido atribuídos à ideia de *representação* na história política do país: como “favor” (prprio dos partidos clientelistas) e como “tutela” (praticado tanto pelos partidos populistas, como pelos partidos de vanguarda). Nos 3 casos, mesmo lançando-se mão eventualmente de grandes mobilizações, teria prevalecido um profundo sentido de *despolitização*, porque calcados em relações *heterônomas*. De maneira que a possibilidade de uma nova política teria como condição a articulação do tema da *representação* ao da *autonomia*.

configurava no fato de que estavam em jogo alguns dos valores mais caros daquela experiência. De um lado, o compromisso do Sindicato com a representação fiel da vontade dos trabalhadores (e estava ali não uma minoria mobilizada, destoante da maioria ausente, mas a grande maioria e em forte clima de mobilização) e a sua aposta na capacidade de luta e na construção de uma imagem auto-afirmada e auto-referenciada como base da identidade coletiva daqueles trabalhadores. De outro, o senso de responsabilidade, de coletiva daqueles trabalhadores. De outro, o senso de responsabilidade, que os alertava para os riscos que estavam correndo (afinal, a intervenção seguida de forte repressão poderia significar um golpe desarticulador, tanto sobre o ímpeto dos trabalhadores para a luta, como sobre a condição do Sindicato como espaço de articulação da experiência). Entre o compromisso de representar e o papel de conduzir; entre a aposta na radicalidade e o senso de responsabilidade; entre a crítica aos estreitos limites impostos pela estrutura sindical oficial e a construção do Sindicato como espaço central de elaboração sobre as experiências de luta dos trabalhadores. Eis o dilema. Frente a tal situação, Lula, na continuidade do seu discurso, procura

chamar a atenção para os riscos: “Posso garantir a vocês que a intervenção está pronta, me parece, desde o dia 14 ou desde a quarta-feira em que nós entramos em greve...”. E em seguida procura tornar os trabalhadores cientes das duas opções em jogo: a luta pelo reajuste salarial, que interessaria a todos e cujo desfecho dependia da continuidade do movimento; e o risco da intervenção, no caso do movimento continuar. Passa, então, a sugerir que a intervenção “afetaria mais a diretoria do sindicato” e que isso só levaria à “glória máxima” da diretoria e de sua própria pessoa, que seriam reconhecidos como heróis. Mas também alerta para as consequências que isso poderia trazer. Ao final diz que o mais importante seria a continuidade da luta e o atendimento das reivindicações, entregando à assembleia a decisão:

“Se pra mim, pessoalmente, pra diretoria do sindicato e até pra comissão de salários é importante a intervenção, eu pergunto agora pra classe trabalhadora: será que seria importante pra classe trabalhadora que houvesse uma intervenção no sindicato? Eu gostaria de dizer que sim. Mas vocês têm que meditar (...). Não tem problema que a diretoria seja cassada. Isso é de menos (...). Se vocês acharem que dá pra continuar isso no caso de haver intervenção na diretoria do sindicato, se vocês se mantiverem coesos, coesos mesmo (...) eu não tenho dúvidas de que vocês vencerão mesmo sem a diretoria do sindicato (...). Nós aceitamos esse acordo ou

não aceitamos? A minha opinião pessoal é que esse acordo não representa nada diante daquilo que nós precisamos" (Lula, 1980, 303-313).

A decisão, quase que por aclamação, foi pela continuidade da greve, assim como em Santo André. No dia seguinte, 23 de março, os três Sindicatos em greve sofreram intervenção e foram proibidos de continuarem realizando assembleias em espaços públicas. Mas o clima de mobilização era tal e a indignação foi tamanha que a greve continuou, agora com um apoio mais explícito da Igreja, que ofereceu suas dependências para reuniões. O projeto sindical que ali se construiu, apesar da intervenção, ganhara uma legitimidade inquestionável, tornou-se uma bandeira do movimento:

"Nós aprendemos que a intervenção, pelo menos em São Bernardo do Campo e Diadema, serviu de estímulo para os trabalhadores brigarem, serviu de estímulo para que os trabalhadores começassem a amar, a gostar de uma coisa que até então era pouco conhecida dos trabalhadores, que é o próprio sindicato. Eu acho que a intervenção, no fundo, ajudou os trabalhadores a brigarem por uma coisa pela qual até então a gente não acreditava que eles brigassem" (Lula, 1980: 186).

Mas o impacto das intervenções e, em particular, a ausência de Lula, que saíra de cena logo em seguida, se fizeram sentir. Diante de um dramático desmorteamento dos trabalhadores em greve, vários líderes sindicais, políticos, da Igreja, entre outros segmentos que prestavam solidariedade ao movimento, pressionaram Lula para que retornasse à condução do movimento. Em entrevista ao jornal Movimento, na ocasião, Lula admite:

"O trabalhador perdeu o ponto de encontro, perdeu o ponto de apoio que ele tinha, que era a diretoria do sindicato, que era o pessoal que estava ali 24 horas por dia para atendê-lo. A partir da intervenção, o trabalhador ficou órfão de pai e mãe, ficou fazendo as coisas mais pela rua, cada um ficou fazendo o que tinha em sua cabeça. Não havia lugar para encontro, para reunião, para nada (...). O que a gente tem que olhar é o seguinte: é que existe uma diretoria que vinha fazendo um trabalho há muito tempo e que em cima dela é que estava calcado tudo aquilo que aconteceu. Desde o momento em que a diretoria saiu da jogada, não seria a comissão de salários que iria conseguir articular

uma assembleia de 80.000 trabalhadores (...) Foi em função disso que eu reasumi o comando da greve no Domingo, para não deixar que ela descambasse. Porque aí os aproveitadores começaram a aparecer aos montes" (Lula, 1980: 162-163).

Na assembleia do dia 25 na Igreja Matriz Lula reassume o comando da greve: Conforme Sader (1988: 307):

"Assim que a diretoria cassada resolveu voltar a assumir o comando do movimento, ficou patente que o 'sindicato real' não era aquele que estava funcionando na sede, sob intervenção. Utilizando a Igreja Matriz de São Bernardo, eram as diretorias cassadas de São Bernardo e de Santo André e suas respectivas comissões de salários que reuniam os operários em greve para decidir sobre seu movimento".

No dia 27, quando os trabalhadores, ainda sem ganhos efetivos, são convocados para discutirem a continuidade da greve ou a aceitação de uma proposta de "trégua" de 45 dias, novamente se coloca os dilemas anteriores. Desta vez a diretoria cassada avaliou que a paralisação não tinha como se sustentar naquelas condições e foi para a assembleia determinada a defender esse ponto de vista claramente. Ao contrário da situação anterior, quando tinha pesado mais fortemente o compromisso de representar fielmente a vontade dos trabalhadores, agora pesava mais, mesmo que sob o risco de certo desgaste frente a eles, o senso de responsabilidade em relação à continuidade não só daquele movimento em particular mas de toda a experiência que estava em construção. Dessa vez o tom do discurso foi outro: o líder se colocou, frente à assembleia, em uma posição mais claramente diferenciada, onde sobressaia a sua condição de condutor em relação a de representante: "Vocês sabem que a diretoria do sindicato e a comissão de salário estão com vocês, e eu volto a repetir, até às últimas consequências. Mas a gente não pode mais negociar, já não existe mais diretoria do sindicato". E acrescentou: "É ponto de honra pra gente voltar a trabalhar". Nesse momento, sugere três prioridades: a luta pelo fim da intervenção nos Sindicatos, pela reabertura das negociações em torno do reajuste salarial e pelo pagamento dos dias parados. Ao mesmo tempo em que defende uma posição contra o que sinalizavam trabalhadores em greve, pede um "voto de confiança", em nome da sensatez:

“Estão dizendo que nós trabalhadores somos radicais. Que há insensibilidade de nossa parte e que nós não queremos negociar. Em primeiro lugar, nós queremos negociar. E aí eu peço um voto de confiança pra vocês trabalhadores, um voto de confiança. Primeiro, eu tenho certeza absoluta de que o nosso sindicato voltará à normalidade dentro de um determinado prazo. Eu acho que não demora nem 45 dias. Segundo, eu tenho certeza absoluta de que nós trabalhadores faremos – e isto eu prometo e é palavra de honra – um acordo melhor do que aquele que foi feito com a Federação dos Metalúrgicos (...). Pra não dizerem que nós somos radicais, nós vamos aceitar o pedido do governo: a volta ao trabalho. E se não for cumprido o nosso pedido, nós paramos. E eu assumo o compromisso com vocês: eu mesmo decreto a greve outra vez” (Luiza, 1980: 314).

Dias depois, em declaração à imprensa, Luiza dirá:

“Eu acredito que ele [o trabalhador] agüentaria mais uns cinco dias de greve. Mas nós tínhamos de fazer uma análise mais política da coisa (...) Então a gente tinha interesse em parar com a greve no augé dela, quer dizer, com o campo cheio da forma que começou, porque os trabalhadores sairiam fortalecidos, sairiam confiantes neles mesmos...” (Luiza, 1980: 168, grifo nosso).

Daquela vez os líderes se antecipavam e se descolavam da sua base de representados. Por força de uma “análise mais política”, a partir da qual projetava um cenário negativo no caso da greve continuar, optaram por assumir uma posição contra o que sinalizavam os trabalhadores ainda em greve, mesmo correndo o risco de sofrer com isso algum desgaste perante eles. Convenceram-se de que era preciso recuar e levaram o movimento a fazê-lo. Atuaram mais como condutores do que como representantes.

Durante o período de trégua, no entanto, os trabalhadores continuaram mobilizados e os líderes cassados continuaram com prestígio. Prova disso foi a realização do 1º de Maio, em histórico ato no Estádio da Vila Euclides, reunindo cerca de 130 mil pessoas.

Na assembleia do dia 13 de maio, ao final dos 45 dias da “trégua”, a diretoria cassada avaliou que era preciso manter o mesmo posicionamento anterior. Na ocasião, defendeu a aceitação da proposta patronal. A avalia-

ção que fazia era a de que a volta à greve implicaria em uma radicalização para a qual os trabalhadores não estavam preparados. Mas, a indignação dos trabalhadores diante da falta de avanços efetivos nesse intervalo tornara a situação ainda mais dramática. Parcelas significativas dos trabalhadores presentes sinalizavam com a disposição de voltar à greve. Para Luiza, essa situação se colocou assim:

“Eu sabia que no dia em que eu não pudesse dar tudo aquilo que os trabalhadores queriam, eu poderia sair machucado da luta. E aconteceu exatamente no Domingo, dia 13 de maio, quando os trabalhadores acreditavam que eu fosse decretar uma nova greve. Levado pelo bom senso, levado por minha experiência, levado até pelo fato de eu querer preservar a integridade física dos trabalhadores, eu pedi que não houvesse uma nova greve, e aí eu troquei a imagem de quase um pequeno deus, que tinha sido criada em torno de meu nome, pela imagem de um dirigente sindical responsável e consciente, não querendo, em instante algum, que a classe trabalhadora ficasse subordinada à imagem de um líder que, quem sabe, não era um verdadeiro líder, mas um teleguiado da categoria” (Luiza, 1980: 189).

A opção dessa vez tinha sido clara. O “verdadeiro líder” é aquele que não só busca representar fielmente mas que em situações-limite se antecipa, usa de “bom senso”, lança mão de uma “análise mais política” e sugere um rumo não necessariamente coincidente com a vontade dos representados. Para além de ser capaz de representar era preciso saber conduzir. Mais uma vez, a percepção do momento levou a um recuo tático como condição para a continuidade do movimento: “E eu acho que a luta não terminou ali, eu acho que a luta apenas parou ali, momentaneamente” (Luiza, 1980: 190). Em contrapartida, após o acordo com o Grupo 14 da Fiesp, as intervenções foram suspensas e os dirigentes cassados voltaram aos seus cargos. Ficaram, no entanto, evidenciado que o uso da estrutura sindical oficial para fins de mobilização e de luta tinha seus limites, assim expresso por Garcia (1982: 60):

“É sem dúvida a valorização específica que a direção faz do instrumento sindical que a leva a propor aos trabalhadores um acordo salarial onde os ganhos são praticamente nulos, em troca do levantamento da

intervenção que Murilo Macedo havia decretado dias antes. O acordo, aceito a contragosto pelos trabalhadores, explica o esvaziamento do estádio antes do fim da Assembleia. As vaia que se fazem escutar estavam a indicar certo nível de cisão entre direção e bases, cisão que permanecera oculta na unanimidade das assembleias anteriores.³⁵

As greves de 1978 e de 1979 tinham sido uma demonstração exuberante do que se propunha a ser o novo sindicalismo: uma ousada aposta na mobilização, nas lutas de massa, na organização de base, na politização da agenda sindical. Aquelas lutas haviam sido o manifesto de lançamento de um projeto alternativo de sindicalismo no país, que foi se consolidando quanto mais se disseminavam as lutas por outros setores e regiões³⁶ e avançavam as articulações entre os "sindicalistas autênticos". Depois daqueles acontecimentos, a experiência sindical do ABC distanciava-se cada vez mais do estereótipo do "sindicalismo de negócios". Segundo Humphrey (1982: 205), "nas condições brasileiras dos anos 70, não era possível um sindicalismo de negócios, apolítico". Por outro lado, todo um cuidado com cada passo a ser dado combinava com habilidade radicalidade e responsabilidade. O rompimento com a legalidade (ao desafiar, por exemplo, a Lei de Greve, a decretação de ilegalidade da greve pela Justiça do Trabalho) e a decisão de intervenção nos Sindicatos pelo Ministério do Trabalho) significou uma grande ousadia política, em um contexto em que o Regime Militar ainda dispunha de razoável capacidade repressiva. Mas também

35. Noronha (1991: 104-105) observou que as vitórias das greves dos metalúrgicos do ABC em 1978 e 1979, influenciaram a irradiação das greves pelo país: "Nesse ano, além dos metalúrgicos, que continuaram a liderar o movimento, com 18,3% das greves e 31,1% das jornadas perdidas, novas categorias do setor privado entraram em cena: os trabalhadores da construção civil (8,1% das greves e 10,5% das jornadas), os motoristas e cobradores (8,9% e 3,0%) e algumas outras categorias do setor industrial). Além desses, dois outros segmentos, o dos médicos (7,7% e 2,7%) e o dos professores (9,3% e 35,4%), deram início a movimentos que ao longo do tempo os transformariam nos principais grupos grevistas dos assalariados de classe média".

36. "A enormidade das tarefas e a amplitude do apoio, tanto à greve quanto às reivindicações que o sindicato estava levantando, conduziu naturalmente à ideia de uma associação mais ampla de sindicalistas como meio de alcançar maiores progressos (...). O grupo era mencionado como uma 'CUT informal', e adquiriu prestígio nacional, para muito desagrado do governo. O primeiro Lula tornou-se uma figura sindical nacional, com frequência preferido pelos trabalhadores em lugar de seus líderes, e quando viajava conseguia atrair multidões" (Humphrey, 1982: 197).

esteve presente uma postura prudente, quando se decidiu pela "trégua" de 45 dias e, ao final deste período, pelo acordo com os empresários.

A greve de 1979, em particular, evidenciou uma situação-limite para aquela experiência. Ao longo de sua trajetória, vinha se equilibrando, com radicalidade e responsabilidade, entre o propósito de articular o Sindicato como o principal espaço de referência das lutas dos operários metalúrgicos do ABC e a estratégia de fazê-lo se utilizando do suporte institucional do sindicato oficial e dentro dos marcos legais, de início buscando explorar no máximo suas contradições e limites e, depois, questionando-os de maneira cada vez mais aberta e direta. Entretanto, no momento em que o Sindicato sofreu intervenção do Ministério do Trabalho, colocou-se um dilema para a experiência: era o momento de ir adiante e consumir a separação entre o sindicato "real" e o sindicato oficial, possibilitando com isso a desejada ruptura com a estrutura sindical vigente? Ou, para evitar o risco de um revés no que se havia acumulado até então, o mais prudente seria recuar, tentar recuperar a posse do sindicato oficial e, com isso, retomar o projeto de "transformá-lo por dentro"? Em 1978 o Sindicato apostou na radicalização do movimento, mas evitou assumir diretamente sua condução, para não pretextar uma intervenção governamental. Em 1979, no entanto, traz para si a responsabilidade de conduzir a campanha salarial, desde o início preparando os trabalhadores para a realização de uma greve, assumindo com isso os riscos da intervenção. Mas, após esta ter se efetivado, enquanto diretores cassados, avaliaram que era preciso apostar na "reconquista do sindicato". Em meio a certas ambigüidades e vacilações, a opção estava sendo feita: o esforço de construção de um projeto sindical alternativo não poderia prescindir do suporte institucional do sindicato oficial.³⁷

Ainda em 1979 o governo fez aprovar no Congresso a Lei Salarial nº 6.708, introduzindo os reajustes semestrais. Visava com isso desestimular os movimentos grevistas:

37. "As reticências da direção sindical em relação às comissões de fábrica e o enfoque dado à questão dos delegados de fábrica, apareciam como uma valorização excessiva da estrutura atrelada — muito além de sua utilização instrumental — e um desprezo às lutas sustentadas pelas oposições sindicais, sobretudo a O.S. Metalúrgica de São Paulo, que combatia intransigentemente a estrutura sindical, propugnando a construção de um novo sindicalismo a partir das comissões de fábrica" (Garcia, 1982: 61).

“Através de reajustes semestrais e aumentos pouco acima do INPC para as faixas mais inferiores na escala salarial, pretendia-se operar um descolamento entre a liderança do movimento sindical — o novo sindicalismo — e os largos contingentes que compreendiam as massas assalariadas, base social dos movimentos reivindicatórios” (Antunes, 1988: 64, grifos do autor).

Mas, em 1980, os trabalhadores e o Sindicato estavam igualmente dispostos à mobilização, e melhor preparados. Novamente os Sindicatos do ABC optaram por encaminhar a campanha salarial independente da Federação e desta vez articulando mais sindicatos. A segunda Greve Geral Metalúrgica foi decretada no dia 1º de abril. A adesão inicial foi praticamente total. De certo modo representava a continuidade do movimento anterior: “Era preciso que essa experiência fosse realizada, porque em 1979 os trabalhadores haviam ficado frustrados, pois, muitos achavam que a greve deveria continuar após o término da trégua” (Oliveira et al., 1987: 180). No mesmo dia o TRT, de maneira surpreendente, declarou-se incompetente para julgar a legalidade do movimento e estipulou um aumento, a título de índice de produtividade, diferenciando os que ganhavam até três salários mínimos dos demais, estipulando ainda o piso salarial e recusando as demais reivindicações. Os metalúrgicos do interior voltaram em seguida, enquanto os Sindicatos do ABC avaliaram que suas reivindicações principais não haviam sido atendidas: estabilidade no emprego por um ano, reconhecimento dos delegados sindicais e redução da jornada de trabalho. Nas palavras de Lula: “Não dava para aceitar esta proposta do tribunal, se em assembleia os trabalhadores haviam recusado a proposta patronal que era um pouco melhor que essa” (apud Antunes, 1988: 70).

No que se refere à sua organização interna, particularmente em São Bernardo, o avanço, em comparação aos movimentos anteriores, era flagrante. A principal preocupação era garantir a continuidade do movimento, no caso de novamente ocorrer intervenção no Sindicato. Na síntese de Antunes (1988):

“no topo do movimento encontrava-se a diretoria do Sindicato (membros efetivos e diretores de base), com Lula à frente. Estruturou-se um comando de greve, com dezesseis operários, que substituiriam, um a um, se necessário, os membros da diretoria. Para agilizar as decisões

desse comando, existia um escalão intermediário, com cerca de 45 trabalhadores, que se encarregavam de transmitir as diretrizes à comissão de salários e mobilização, composta de 446 membros. Estes, distribuídos pelas fábricas e pelos bairros, faziam a ligação entre a base e o comando. E, através das assembleias plebiscitárias de massa, o movimento era constantemente reavaliado. O fundo de greve garantiria um respaldo material mínimo para o operariado permanecer paralisado” (Antunes, 1988: 71).

Mas a greve foi ficando cada vez mais restrita a São Bernardo e Santo André. E após um acordo realizado com uma empresa de menor expressão, seguido de uma certa euforia com a possibilidade da quebra da resistência patronal, houve ao contrário um enfriamento das posições patronais e do governo. Em um segundo julgamento da greve, esta foi considerada ilegal. O cerco se fechou. No dia 18 os Sindicatos de São Bernardo e Santo André sofreram intervenção. Mas a greve se manteve. No dia 20 a maioria dos diretores foi presa. No dia 21 são proibidas manifestações públicas no Estádio de Vila Euclides e no Paço Municipal. No dia 1º de Maio, novamente o Estádio da Vila Euclides toma-se o palco de outro histórico ato de comemoração do Dia do Trabalhador, dessa vez sob forte tensão com as forças de repressão. Nas palavras de Oliveira et al (1987: 197):

“Aos poucos os trabalhadores foram se concentrando na Praça da Matriz e nos seus arredores, vindos dos locais mais distantes e conseguindo ali chegar pelos processos mais variados e imaginativos possíveis. De tal forma que, após o término da missa, a multidão era tão grande (mais de 150 mil pessoas) que ou a repressão revertia sua decisão de impedir que os trabalhadores saíssem em passeata até o Estádio de Vila Euclides ou poderia ocorrer um confronto, com conseqüências e repercussões imprevisíveis. O resultado foi que a repressão recuou, retirou-se de São Bernardo e os trabalhadores, em passeata, com faixas, cantando músicas e gritando palavras de ordem, foram até o Estádio de Vila Euclides onde realizaram um comovente e vibrante ato político”.

Daf em diante, com seus líderes mais importantes presos, sem espaços públicos para continuar definindo coletivamente os rumos da paralisação, com os patrões e o governo mantendo-se irredutíveis e assumindo uma

posição mais repressiva (Moisés, 1982), apesar das tentativas dos líderes que sobreram no sentido de manter a mobilização, o movimento vai perdendo fôlego. No dia 11 de maio, decorridos 41 dias, acabaria a greve, sem ganhos imediatos.

Dessa vez os líderes não se anteciparam, propondo o fim da greve antes que esta se desmobilizasse. O próprio Lula justificou essa posição pelo desgaste sofrido em 1979, quando os dirigentes bancaram, contra a vontade de muitos trabalhadores, o final da greve:

"Se a gente termina essa greve no dia 28 (de abril), mais uma vez ia ficar caracterizado que era a direção do sindicato que não tinha saco de ir até o fim, na medida em que o trabalhador ficou com a total responsabilidade de ir ou não ir. Tenho ouvido militares de depoimentos: 'Pô, Lula, em 79 vocês foram covardes, em 80 nós não tivemos coragem para agüentar o pau'" (Lula, apud Antunes, 1988: 89).

Mas também reconheceu:

"Há um erro grave e histórico, que eu não gosto de citar porque não estava presente. A verdade é que a nossa greve teve seu ponto culminante no 1º de maio. Começamos um período de incerteza no seu 27º dia, quando a perspectiva de abandono de emprego começa a aparecer e os patrões souberam explorar isso muito bem. Os dias 27, 28, 29 e 30 de abril foram de incerteza da classe trabalhadora, que vinha maciçamente às assembleias pra saber sobre a questão do abandono de emprego. Nem os que estavam dirigindo a greve, nem a assessoria e o pessoal que estava na cadeia, tiveram peito pra tomar uma decisão. Se nós, que estávamos na cadeia, tomássemos uma decisão, quem estava fora teria a impressão de que era para ficarmos livres. Mas nós perdemos a grande oportunidade de parar a greve com 100 mil trabalhadores no dia 28 ou 29, perdemos a grande chance antes de completar os 30 dias que caracterizam, segundo o patronato, o abandono do emprego. Se tivéssemos a sutileza de falar: 'A situação é esta, vamos parar agora e dar 15 dias de prazo para o governo e os patrões e depois paramos novamente...' Então ninguém teve coragem para chegar numa assembleia daquelas e falar: gente, vamos parar, vamos voltar. E a verdade é que a massa estava lá para ouvir o que tinham para falar seus dirigentes" (Lula, apud Antunes, 1988: 89).

A capacidade de ser representante pressupunha, nesses termos, um compromisso tal, que não seria possível prescindir do senso de direção, algo que, nas palavras de Lula, exigia qualidades como "ser responsável" e "ser consciente". As lições das greves deixavam claro para o novo sindicalismo que representar e conduzir eram elementos indissociáveis, embora se tratasse de uma convivência inevitavelmente tensa e complexa: era preciso levar em conta as duas dimensões, ao mesmo tempo, embora sabendo que uma sempre coloca limites para a outra³⁸.

De qualquer maneira as tensões produzidas na relação representante-representado não haviam comprometido o esforço de construção de uma identidade coletiva fortemente referenciada no Sindicato (leia-se: sindicato "real") e nas suas lideranças. O processo que se seguiu às intervenções e, mesmo, ao final da greve, quando se estabeleceu um clima de derrota entre lideranças e trabalhadores³⁹, rapidamente resultou em uma recomposição da experiência. Quanto a isso, teve um papel central a atuação do "Fundo

38. Essa é uma questão central no estudo de Antunes (1988) sobre as greves de 1978 a 1980. Entretanto, a aborda diferentemente. Segundo o autor, "a ausência de uma 'direção política prévia e consciente' ('apesar da intensa preparação e da precisa organização') teria sido um desastre para os resultados da greve. Enquanto na greve de 1980, a liderança ao propor a 'trégua' de 45 dias 'assumiu lampejos de direção política consciente', mesmo com o 'descontentamento de parcela significativa do operariado presente na assembleia geral plebiscitária, favorável à continuidade da greve metalúrgica'; em 1980, ao contrário, o movimento grevista teria seguido 'rigorosamente a lógica espontânea da massa operária, cabendo às lideranças *exercitá-la, viabilizá-la, não dirigi-la*'. Por isso, a paralisação foi derrotada (1988: 88-91). Antunes (1988), ao avaliar aqueles acontecimentos fundamentalmente pelo critério da necessidade de uma "direção consciente", a nosso ver, a) deixou de realçar momentos decisivos em sua racionalidade interna: as experiências-limite das greves colocaram o *novo sindicalismo* diante de um dilema em relação a termos que lhe eram constitutivos (muito caros - como aludimos antes), levando-o a ter que fazer opções difíceis em situações de forte tensão; b) deixou de evidenciar um elemento estruturante daquela experiência: a trajetória do *novo sindicalismo* tinha a marca de um projeto *em construção, em aberto*, elemento esse que foi o diferencial no momento em que se debatia a construção do PT, em um contraste flagrante com os projetos partidários tentados historicamente pela esquerda no país. De maneira que a indicação da ausência de uma "direção política prévia e consciente" naqueles movimentos e no *novo sindicalismo* requereria uma abordagem sobre como tal questão se lhe tornara, ao longo dessa trajetória, algo profundamente

39. Além da volta ao trabalho sem ganhos imediatos, houve a intervenção nos Sindicatos, prisão de vários de seus dirigentes, o enquadramento de 13 deles (incluindo Lula) na Lei de Segurança Nacional e uma onda de perseguições aos militantes, com inúmeras demissões.

de Greve", o qual consistiu em mais um lance da delicada estratégia de se utilizar do sindicato oficial como ponto de apoio institucional para a construção do novo sindicalismo. Fora criado com a greve do ano anterior, mas agora ganhara um estatuto de associação com registro civil próprio (com o nome de Associação Beneficente e Cultural dos Trabalhadores de São Bernardo do Campo e Diadema), independente da estrutura organizativa e financeira do Sindicato, embora submetido politicamente aos seus dirigentes. Além do seu propósito mais prático, de arregimentar recursos para garantir um maior apoio material aos grevistas, tinha um sentido político estratégico: constituir-se em uma reserva político-organizativa para na eventualidade de nova intervenção emergir como espaço de referência alternativo, garantindo com mais segurança a dissociação (se os fatos a impusessem) entre o sindicato "real" e o sindicato oficial. De fato, teve um papel decisivo para a continuidade do movimento após a intervenção, inclusive depois do final da greve. Para Garcia (1982: 65):

"O Fundo de Greve, como foi dito, se constitui com direção do movimento e sua autoridade afirmou-se com tal rapidez que o próprio patronato teve de admiti-lo como interlocutor em negociações com a categoria (...). Esta postura de assumir-se como direção, oferecendo alternativas concretas de luta num período de recesso, foi fundamental para que o ministério não pudesse estabelecer uma cabeça de ponte no movimento tendo pesado decisivamente na retomada do sindicato quando das eleições para a nova diretoria" (Garcia, 1982: 65).

Entretanto, logo que recuperou a posse do sindicato oficial, os sindicalistas "autênticos", para evitar incorrer em "paralelismos", o incorporaram ao Sindicato, reafirmando mais uma vez aquela opção estratégica de atuar por dentro do sindicato oficial.

Os acontecimentos de 1978 a 1980 foram decisivos para afirmar a perspectiva do novo sindicalismo, diferenciando-o ainda mais, seja dos sindicalistas tidos por este como "pelegos"⁴⁰, seja em relação àqueles tidos como "reformistas" (articulados sob a denominação de Unidade Sin-

dical⁴¹). Possibilitaram, aos que com eles se envolveram e à sociedade, uma flagrantemente demonstração dos elos de ligação existentes entre o Estado ditatorial e os setores mais estratégicos do capital, ao mesmo tempo revelando os limites do projeto de auto-reforma do regime. Evidenciaram como nunca a necessidade de mudanças de fundo na legislação trabalhista (particularmente quanto ao direito de representação sindical no local de trabalho, ao poder normativo da Justiça do Trabalho, ao poder de intervenção governamental sobre os sindicatos, ao direito de greve). Projetaram de maneira inquestionável a figura de Lula como líder sindical e político de expressão nacional e internacional. Colocaram de maneira ainda mais premente a necessidade dos sindicatos "combativos" irem além de seus limites institucionais e políticos, buscando uma ação mais efetiva no plano das articulações intersindicais e na sua inserção no debate político mais amplo. Reforçaram a convicção entre os "sindicalistas autênticos" de que a opção mais coerente com sua história e mais digna para a classe trabalhadora seria a de constituírem um sindicalismo de massas e politizado. Deram uma contribuição decisiva para afirmar segmentos importantes da classe trabalhadora, enquanto novos sujeitos políticos, com perspectiva própria, no cenário público do país (Moisés, 1982: 152).

Por uma nova política

Os acontecimentos de 1978 a 1980, pela repercussão que tiveram, colocaram a experiência sindical dos metalúrgicos do ABC diante de situações tais, com as quais ainda não havia lidado (pelo menos não com tanta magnitude): passa a ser alvo de ampla exposição na mídia, projeta-se nacional e internacionalmente, torna-se uma referência central e ponto de articulação entre experiências sindicais e movimentos sociais⁴², insere-se

41. "O PCB, preocupado em manter uma linha política de conciliação com o governo e garantir a transição democrática, se coloca contra a greve. Hércules Correa, do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro e um dos teóricos da Unidade Sindical, conta em seu livro *O ABC da Greve*, editado em 80 pela Civilização Brasileira, as gestões dele e dos seus parceiros políticos junto às autoridades da ditadura e junto aos sindicalistas na tentativa de interromper a greve com um recuo dos trabalhadores" (Gianponti e Lopes Neto, 1991a: 32).

40. Originado ainda no Estado Novo, o termo designa pejorativamente os sindicalistas acomodados à estrutura sindical oficial.

42. Paoli (1995: 27), referindo-se à denominação "novos movimentos sociais", observa: "o termo começou a ser usado para referir-se fundamentalmente ao aparecimento político de atores so-

com visibilidade no debate político nacional, ampliando abruptamente seu universo de relações.

Em contrapartida, passou a ser exigida de uma maneira como jamais havia sido antes. Viu-se, em um momento crítico da vida nacional, no centro dos acontecimentos. Em meio a um significativo alargamento e diversificação das interações, lhe foi dirigida uma contundente onda de novas expectativas, demandas, proposições, insinuações, acusações, punições, concessões. No momento em que o novo sindicalismo se projeta para a sociedade e suas lideranças são solicitadas a se colocarem sobre questões de ordem política mais geral, lhe é exigido um esforço de reelaboração discursiva para muito além dos termos que vinham sendo tratados até então.

Através de depoimentos públicos de Lula, concedidos exaustivamente no período (particularmente consolidados em Lula, 1980), pretendemos retomar momentos desse processo, que na verdade significou um efetivo exercício de (re)interpretação da realidade vivida pelo país, assim como sobre a própria experiência.

Antes de mais, o parâmetro a partir do qual um novo olhar é lançado sobre a realidade social requer que seja bem apurado (para que venha a ser realmente inovador):

“O que mais orientou o comportamento da diretoria do Sindicato de São Bernardo foi a própria experiência que vivemos como trabalhadores e como explorados. Por isso, talvez nossa forma de luta não tenha paralelo com nenhum pensador. O nosso negócio é a prática mesmo. Se vocês forem a São Bernardo e conversarem com 100 trabalhadores, perceberão que o pensamento deles é o mesmo, a forma de lutar é a mesma, porque cada um vem para o sindicato com a sua vida prática de trabalhador. E em nome dessa vida prática é que ele propõe sua atuação” (Lula, 1980: 177).

O que importa aqui é realçar o lugar a partir do qual o novo discurso é referenciado. A experiência sindical dos metalúrgicos do ABC construiu-se com o compromisso de expressar “o ponto de vista dos trabalhadores”.

ciais organizados que não se referenciavam diretamente às estruturas institucionais de poder e representação políticas - partidos, governos, Estado -, nem aos atores ‘clássicos’ do sistema social - grupos de interesse e classes sociais”.

O Sindicato se colocou como o espaço central de elaboração coletiva de suas experiências “como trabalhadores, como explorados”. Uma imagem desses trabalhadores era fundamental de ser reconstruída:

“Em São Bernardo, a gente tem hoje a primeira geração do operário industrial. São os filhos ou os netos daquele pessoal da roça, do Nordeste, que veio pra cá trabalhar de ajudante ou coisa parecida. O filho hoje é ferramenteiro, já é torneiro, é fresador. O neto já não quer trabalhar no eixo, subordinar-se às mesmas condições de trabalho a que o avô se sujeitou. Então, é um pessoal novo e mais exigente. Cerca de 70% dos trabalhadores de São Bernardo têm menos de 35 anos de idade. São pessoas que, praticamente, não viveram o movimento sindical antes de 1964, pessoas que estão muito comprometidas com uma luta que é atual (Lula, 1980: 178).

O discurso é enunciado, para além da condição do trabalhador (“explorado”) e da sua vivência enquanto tal (“experiência como trabalhador”), a partir de uma reapropriação e reelaboração de ambas (condição e vivência), sob a referência de uma identidade coletiva auto-referenciada. É a partir daí que “propõe sua atuação”, acreditando em si próprios, na sua participação coletiva...

O que está existindo lá no ABC, principalmente em São Bernardo, é uma massa jovem de trabalhadores, pessoas que não aceitam esse tipo de exploração, que querem participar da vida política do país, que não viveram o populismo de Getúlio Vargas. São pessoas que começaram a acreditar nelas mesmas. Acreditam que é na participação dos trabalhadores que poderão resolver seus próprios problemas” (Lula, 1980: 179).

Esses “jovens trabalhadores”, uma vez em movimento e referenciados em si próprios, em uma identidade coletiva, quando se constituíram em “sujeitos políticos autônomos” (como passaram a ser nomeados por parte da literatura acadêmica), lançaram-se em um exercício de reinterpretar a realidade. De início, reportando-se a uma realidade mais imediata, que dizia respeito mais diretamente à vida cotidiana dos metalúrgicos do ABC e até dos trabalhadores em geral (como bem o expressaram, por exemplo, os “bilhetes” do João Ferrador). Assim como, a respeito de uma realidade

mais próxima da agenda sindical, quando (ao longo de um processo gradualivo de ruptura das regras de reciprocidade que envolviam sua relação com o regime) propõem um olhar cada vez mais crítico sobre a política salarial do governo e a legislação trabalhista, ao denunciarem a farsa dos “dissídios” e defenderem a liberdade sindical, as negociações coletivas livres, o direito a delegados sindicais, o direito de greve... Mas, agora, se quisessem se afirmar como um novo ator no cenário público do país, era preciso começar a expressar suas opiniões sobre a realidade social e política mais geral. Os acontecimentos dos quais haviam sido protagonistas, em um momento decisivo da vida política nacional, exigiam-lhes um falar sobre e para a sociedade.

Antes de mais, era preciso questionar o modelo de desenvolvimento adotado no país, propondo-lhe um referencial alternativo (afinal, a política de “fazer o bolo crescer para, depois, dividi-lo” estava, há muito, atravessada na garganta):

“Quando o padrão está tendo muito lucro, é sinal de que alguém está tendo pouco. É preciso dividir isso. Não sou eu que tenho essa consciência, é o mundo desenvolvido que mostra isso. Hoje, no Brasil, uma minoria ganha tudo e a maioria não ganha nada. Essa maioria precisa ganhar um pouco mais, diminuindo um pouco da minoria (...) [Sobre a posição expressa do então presidente Figueiredo de que o país precisa de dólares, e não de mercado interno] É uma visão que, se for verdadeira, contraria toda a minha maneira de ver, sabe. Mercado interno é uma realidade. Pega Japão, França, Alemanha, Itália, todos esses países aí: primeiro se criou o mercado interno. O Brasil precisa de dólares pra quê? Pra meia dúzia de caras? O Brasil está precisando é que o povo tenha dinheiro pra comprar aquilo que produz. Se o trabalhador fabrica geladeira, tem que ter geladeira. Se fabrica televisão, tem que ter televisão. Se fabrica carro, tem que ter carro. O mínimo que deve ter é aquilo que produz” (Lula, 1980: 27-28).

Em uma frase: “eu acho que é o momento de a classe trabalhadora brasileira começar a exigir aquilo que é dela, ou seja, o direito de ganhar melhor, de viver com dignidade” (Lula, 1980: 62).

Do mesmo lugar havia algo a ser dito também sobre os termos do debate político postos pelas forças de oposição ao regime. Em particular

sobre a luta pela anistia para os presos e exilados políticos, um dos assuntos mais presentes na agenda política do momento, Lula repetiu insistentemente o seguinte ponto de vista, em suas entrevistas dadas na ocasião:

“Sou a favor, só que me coloco na minha situação: sou pela anistia da classe trabalhadora, que é quem realmente merece perdão. Nem perdão, merece é liberdade. Sou contra qualquer cidadão estar preso por demonstrar sua ideologia política, mas também acho que a classe trabalhadora é uma eterna prisioneira. Ao invés de pedir anistia pra poucos prefiro pedir pra toda a classe trabalhadora, entende. Um homem que levanta às 4 e meia da manhã e dorme às 10 horas da noite pra ganhar Cr\$ 3.000,00 é um eterno prisionário (...) Sofri na carne a prisão de um irmão como preso político, mas nem por isso vou passar a brigar pelo meu irmão ao invés de por todo mundo. Quero deixar bem claro que não sou contra a anistia, acho que todo mundo deve voltar a fazer política e defender suas idéias, mas a minha anistia, eu quero ela mais ampla. Resolvendo apenas o problema dos cassados, os trabalhadores ficarão do mesmo tamanho: f... e mal pagos. Como sempre estiveram. Os cassados um dia já tiveram liberdade” (Lula, 1980: 35).

A percepção que então se elaborava, a partir daquela experiência, sobre as alternativas políticas propostas pelos segmentos de oposição ao regime, mais do que uma simples diferença de foco, requeria uma inversão de termos:

“Existem determinados segmentos da sociedade brasileira que só admitem uma reformulação da estrutura sindical a partir do momento em que for feita uma reestruturação política. Ora, como trabalhador, eu vejo a coisa num ângulo mais obreiro. Quem disse que não deverá haver esta reformulação sindical primeiro, para depois haver a reformulação política? (...) Quando se fala em democracia nesta terra eu tenho muito medo, porque a democracia que interessa à classe trabalhadora não é a democracia da qual um grande número de pessoas está falando, como empresários, jornalistas, políticos, etc. Uma democracia que interessa à classe média não interessa à classe trabalhadora, porque se esta democracia vier alcançar apenas os interesses da classe média, esta classe média, historicamente, irá começar a chamar o trabalhador

de subversivo e comunista. É por isso que eu acho que as coisas têm que começar de nós, trabalhadores (...) Em outras palavras: é aquela que permite à classe trabalhadora participar em todas as grandes decisões da nação" (Lula, 1980: 122).

A própria democracia, como prática histórica e como noção, precisava ser reinventada. As lutas de 1978 a 1980 não só tinham trazido a questão social para o centro do debate político do país e, em particular, para a agenda da "transição", como estava esboçando uma formulação própria, um projeto alternativo, fundado em outro referencial, colocando outras prioridades:

"Para nós, democracia é liberdade sindical e a partir daí não tenho dúvidas de que alcançaremos uma democracia plena (...) Alguns artigos da CLT são muito mais graves à classe trabalhadora que o AI-5. Quem disse que mudando esses artigos a gente não conseguiria uma democracia não relativa, mas uma democracia plena? (...) Daí a importância do artigo 528 da CLT que nunca foi mencionado por nenhum político, nem por ninguém da classe média ou da burguesia nacional. Por quê? Porque você estaria tirando algumas amarras ligadas à classe trabalhadora que, para quem está pedindo democracia relativa, hoje não interessa tirar (...) Não que eu seja contra a reformulação desses artigos, que dão poderes excepcionais a determinadas pessoas. Mas o que eu acho é que tem coisa muito mais grave para a classe trabalhadora que ninguém nunca falou ao longo dos anos; não é que não falou agora, após a Revolução; não se falou em 56, não se falou em 43. Não se falou em ano nenhum. Desde que a classe trabalhadora brasileira esteja amarrada, pode haver até democracia no país. Isso é o que muita gente quer, mas não é o que a classe trabalhadora quer" (Lula, 1980: 129-130).

Ensaia-se um olhar alternativo não apenas sobre o momento político vivido pela sociedade brasileira, como também sobre seu passado. Era preciso demarcar também no campo da interpretação histórica da realidade brasileira (alimentando-se das novas abordagens que a esquerda e a intelectualidade começavam a produzir, inspirando-se no novo momento político vivido pelo país). O diferencial trazido por aquela experiência estava na

possibilidade de se constituir, a partir dela, um ponto de vista alternativo, auto-referenciado, assentado nas "próprias pernas". De maneira que era preciso, antes de mais, zelar pela autonomia:

"Sempre tive uma preocupação com os políticos e os intelectuais, porque a história nos mostrou que a classe trabalhadora foi usada e não se beneficiou com isso. Continuo com o mesmo ponto de vista: a classe trabalhadora deve caminhar com suas próprias pernas. Existem certas lutas que a classe trabalhadora deve encaminhar sozinha, como existem outras que não são apenas nossas, mas de toda a nação. Nesses casos, nós podemos nos aliar a outros setores sociais (...) Por exemplo, uma greve por maiores salários. Acho que a classe trabalhadora não tem por que se aliar a estudantes, intelectuais e políticos nesse caso. Já a reivindicação pelo estado de direito democrático é de interesse de toda a nação, podemos então lutar em comum" (Lula, 1980: 139).

Particularmente naquelas circunstâncias, em que as lutas operárias do ABC tinham adquirido um sentido simbólico para diversos e amplos segmentos que se lançavam em defesa das liberdades democráticas, tendo protagonizado episódios heróicos e dramáticos no embate com o regime, havia que se resguardar de relações que implicassem em comprometimento de sua independência. Quanto a isso, outras experiências históricas eram tomadas como contra-exemplos:

"Se a gente analisar friamente, chega à conclusão de que a greve de Osasco saiu muito mais da Faculdade de Filosofia do que dos próprios sindicatos; de que foi uma greve em que a única coisa que a classe trabalhadora ganhou foi o AI-5 nas costas. Isto, porque muita gente não tem coragem de dizer. Porque nos dias atuais é antipático dizer isto, porque a greve de Osasco é exaltada como um parâmetro histórico nesta terra" (Lula, 1980: 104).

Os pronunciamentos de Lula naquele período geraram certa polêmica entre setores da esquerda especialmente quanto à relação com o movimento estudantil:

"Não acredito nessa união em instante nenhum. O movimento estudantil é válido mas os interesses são totalmente divergentes. De um lado, há muito a perder; de outro, pouquíssimo a ganhar. Cada um deve atuar em faixa própria (Luiza, 1980: 48)";

"Eu tenho certeza de que o movimento da classe trabalhadora é muito mais sério, o trabalhador tem muito mais a perder, mas se brigar sério tem muito mais a ganhar. Por isso, eu acho que os estudantes têm problemas específicos dentro das universidades, que deveriam brigar por eles e deixar que nós trabalhadores brigássemos pelos nossos problemas" (Luiza, 1980: 73-74).

"Conheço estudantes extraordinários. Mas também conheço um grande número de estudantes levianos, pouco responsáveis. E discordo de setores do movimento estudantil que se julgam no direito de tutelar a classe trabalhadora. O movimento estudantil tem papel importante nas transformações políticas, mas eu gostaria que os estudantes deixassem a classe trabalhadora agir por conta própria. Só os trabalhadores poderão resolver o problema dos trabalhadores" (Luiza, 1980: 96).

Entretanto, para quem emergira no cenário público como "porta voz dos trabalhadores", procurando afirmar-se como um sujeito político autônomo, ao convencer-se cada vez mais da necessidade de se lançar na construção de um projeto alternativo para a sociedade, não podia deixar de operar alguma reorientação de suas estratégias e políticas de aliança. Era preciso saber diferenciar o projeto sindical do projeto partidário:

"Da minha parte nunca houve um distanciamento meu em relação aos estudantes e intelectuais. O que houve e vai haver amanhã se for necessário é que eu acho que os estudantes e intelectuais não devem se meter nas lutas específicas dos trabalhadores. É vice-versa. Agora, nas lutas maiores, aí sim todos os setores da sociedade devem estar juntos. É esta a diferença de um sindicato e um partido político. Mas, enquanto líder sindical eu não posso permitir que estudantes façam piquetes na porta da Volkswagen. O que se deve compreender é que existem formas de se colaborar com qualquer movimento sem entrar nele" (Luiza, 1980: 251).

A passagem de um projeto sindical a um projeto partidário requereu um processo marcado por iniciativas ousadas, vacilações, pressões exter-

nas, determinação e um significativo esforço de (complexa) reelaboração discursiva. A luta por melhores condições de trabalho e melhores salários, por liberdade sindical, por liberdades políticas, por uma nova democracia, leva à defesa da necessidade de uma participação política cada vez mais efetiva por parte dos trabalhadores, desde que sob a referência da independência de classe, mesmo que destoando de outros segmentos que se colocavam em oposição ao regime:

"Eu não vou citar nomes, mas seria divertido que o Movimento Democrático Brasileiro, que é um partido de elite, criado de cima para baixo, imposto pelo sistema, pelo regime que eles criticam, fosse favorável ao Lula, que começa a falar de independência da classe trabalhadora (...). Eu vou mostrar a necessidade de a classe trabalhadora participar da vida política sem ser instrumento. Mas participar por dever, por necessidade de participação" (Luiza, 1980: 126).

Mas não resultava, de imediato, na formulação de um projeto partidário. Lula, em particular, até 1978, ao mesmo tempo em que admitia "a possibilidade de os trabalhadores participarem dos partidos políticos" (embora com a ressalva de que "não nos existentes atualmente, mas em outros cujos programas se alinam com as aspirações dos trabalhadores" — Luiza, 1980: 47), insistia na ideia de que era "apolítico". Sobre tudo defendia: "a solução dos problemas do trabalhador não está nos partidos, mas na classe" (Luiza, 1980: 69). De outro lado, enquanto representação "autêntica" dos trabalhadores (e levando em conta a experiência sindical anterior)⁴³, era preciso resguardar o sindicato das ingerências partidárias: "o sindicato deve influir na política mas deve ser suficientemente forte para não permitir a ingerência política dentro dele" (Luiza, 1980: 47).

Mas o novo sindicalismo ganhava um sentido cada vez mais político. Assentado que estava em bases de sustentação e convicções muito

43. "Eu teria que fazer uma certa divisão do movimento sindical antes de 64 e após 64. É um ponto de vista muito pessoal: eu acredito que o movimento sindical antes de 64 foi muito usado politicamente, fazia-se tal vez muita politicagem em vez de defender realmente a categoria. Após 64 surgiram alguns dirigentes sindicais, dentre os quais eu quero me incluir, que não têm compromissos políticos com quem quer que seja e que estão pura e simplesmente dispostos a qualquer sacrifício para a defesa da classe trabalhadora que eles representam" (Luiza, 1980: 56).

próprias, introduz uma perspectiva diferenciada no debate político então posto, passando a exigir-se ainda mais como um novo sujeito político. Das entranhas de uma experiência, que se reconhecia como sindical e se dizia "apolítica", o sentido contudentemente político da sua maneira de afirmar-se, o fez operar uma passagem: agora debatia a constituição de um partido político, que pudesse traduzir para o campo institucional e para o conjunto da sociedade os valores, referências e proposições que vinha apurando. A partir de 1978 a idéia começa a ser plantada em reuniões sindicais⁴⁴ e em declarações à imprensa:

"O trabalhador já tem condições de começar a se preparar para a criação de um partido político. E eu quero deixar bem claro aqui que um partido criado pela classe trabalhadora não é um partido trabalhista. Eu não sei a sigla desse partido. A sigla, naturalmente, deve ser discutida com a classe trabalhadora. Eu não sei se será trabalhista, comunista, socialista, fascista. Mas será aquele que representá-la. Será do programa que for feito que sairá a sigla. Eu acho, inelutável, que poderão sair vários partidos da classe trabalhadora, porque as correntes ideológicas também existem entre nós. Num primeiro plano, contudo, precisamos mostrar ao trabalhador a necessidade de ele participar politicamente" (Lula, 1980: 123).

A noção de representação (cara à trajetória do novo sindicalismo) era, assim, reapropriada e traduzida para o campo da construção partidária. Trazia junto, e de maneira indissociável, as noções de participação e de independência de classe. Significava uma linha de continuidade com o momento anterior da experiência e um desdobramento dela, indo além, de maneira a dar-lhe maior consequência, esperava-se, naquilo que se propunha. A efetivação da participação da classe trabalhadora no cenário político como sujeito autônomo exigia, além de um novo sindicato, um novo partido. Esboçava-se, dessa maneira (como indicara Chauí, 1982), a possibilidade de uma "nova política".

44. A primeira reunião para discutir a proposta de criação de um partido de trabalhadores foi na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, em dezembro de 1978, contando com a presença de sindicalistas de várias regiões do país.

A idéia de "classe trabalhadora" agora alarga-se, extrapola os limites até então admitidos entre os sindicalistas "autênticos". A necessidade de ampliação das relações políticas, com vistas à consolidação do projeto de construção do Partido dos Trabalhadores, e o contato, daí decorrente, com um universo mais complexo do que aquele vislumbrado a partir do mundo sindical, os fizeram admitir como tais, para além dos "trabalhadores brasileiros", todos aqueles segmentos "que vivem de salário", desde que sob o pressuposto de assim se perceber e de assumir a perspectiva programática que então delineava-se naquele processo:

"Para mim jornalista é trabalhador, médico é trabalhador, para mim todos os que vivem de salário são trabalhadores. É lógico que uns são mais privilegiados e outros menos, e nós trabalhadores braçais somos os mais necessitados, somos os que sofrem mais. Mas eu diria que a médio prazo (...) os trabalhadores estarão unidos, sejam gráficos, químicos, borracheiros, metalúrgicos, enfermeiros, eu acho que todos estarão unidos porque as aspirações são as mesmas, as necessidades de melhores salários são as mesmas, a necessidade de morar numa casa de alvenaria é a mesma, a necessidade de comer bem é a mesma, de educar seus filhos é a mesma" (Lula, 1980: 74-75).

"Não se pode de maneira alguma excluir estudantes, setores da Igreja, profissionais liberais, que de fato venham fazendo uma oposição consequente. Além do nome do partido, além de ser um partido da classe trabalhadora, é seu programa que vai definir quem é quem. Jamais um padrão entraria num partido deste" (Lula, 1980: 195).

O programa estabelece um marco de referência básico a partir do qual se deve abrir a um processo de auto-construção, de maneira a permitir que nele esteja previsto um espaço estratégico para uma efetiva participação:

"Seria muita petulância de um dirigente sindical tentar definir a linha de um partido antes de promover um debate com a classe trabalhadora. Não acho correto tomar decisões de cúpula sobre o partido e depois fazer com que o trabalhador aceite essas decisões" (Lula, 1980: 154).

Conforme notou Moisés (1982: 215-216), o PT não se apresentou como "um partido operário no sentido estrito que essa expressão tem na

tradição da esquerda", visto que origina-se da articulação das mais variadas categorias de trabalhadores.

A partir de uma ótica mais "obreira", o novo campo político que se articula a partir dali viu-se sob a exigência de ter que, não só se posicionar criticamente em relação ao regime, mas fazê-lo de modo diferenciado dos outros segmentos de oposição. Diferencia-se das "forças oposicionistas de elite" (representadas pelo MDB); dos partidos de esquerda tidos como reformistas (representados principalmente pelo PCB, PC do B e MR-8)⁴⁵ que haviam optado em atuar por dentro do MDB⁴⁶, apostando na "unidade das oposições"⁴⁷; e das forças de esquerda tidas como marxistas revolucionárias (leninistas e trotskistas, sobretudo), em relação às quais havia certas reservas e desconfianças, quanto às suas idéias e métodos⁴⁸. Inaugura um caminho próprio com tamanha consistência que exigirá desses campos um reposicionamento. Da parte dos que priorizavam a "unidade das oposições", produziu-se uma veemente acusação de que o caminho

45. "Não é novidade o pessoal do PC ser contra o PT. Porque eles entendem que o partido dos trabalhadores já existe desde 1922 e que eles são os legítimos representantes da classe trabalhadora (...). Quando lançamos o PT não queríamos que a classe trabalhadora fosse rotulada, de maneira que tivéssemos em primeiro plano a efetiva participação da classe trabalhadora, deixando para mais tarde a definição ideológica, que virá por seus próprios meios, por seus próprios tropeços. Porque a partir do momento em que o partido é criado e se transforma efetivamente num partido de massas, os próprios trabalhadores tratarão de rotular o PT de acordo com a sua própria experiência política" (Luiza, 1980: 252).

46. Sobre o MDB, lembra Moisés (1982: 35), no final de 1979, "mais do que partido, ele era um movimento democrático (como, aliás, o indica seu nome), formado por um conglomerado extremamente heterogêneo de forças sociais e políticas, cujo arco ia desde o liberal-conservador (ex-pessedeiristas e ex-udensistas que não aderiram ao regime), passando pelos chamados 'liberal-democratas' mais modernos (como Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela e o ex-ministro Severo Gomes), incluindo os liberais 'não-alignados' (que incluem ex-democrata-cristãos e políticos simpáticos à linha social da Igreja), contando os comunistas e chegando aos grupos mais à esquerda que, só recentemente, de meados da década para cá, começaram a se convencer da importância de atuar no plano político-institucional".

47. O apelo à "unidade das oposições", como condição da "redemocratização" do país, foi particularmente uma questão forte naquele período. Entretanto, os argumentos em favor do novo campo político que se formava em torno dos sindicalistas "autênticos" e, depois, do PT, ganhavam cada vez mais respaldo social.

48. Para Luiza, ao ter que se pronunciar sobre a relação com esses grupos, assim se colocou: "a grandeza da classe trabalhadora não permitirá que grupos radicais estreitem a proposta de um partido de massas, como é o PT" (Luiza, 1980: 257).

do PT significava um "divisionismo". Enquanto que da parte dos que se referenciavam em uma perspectiva revolucionária, estabeleceu-se um acalorado debate polarizado entre as idéias de partido de quadros (defendida por aqueles que reafirmavam o modelo até então perseguido) e de partido de massas (defendida pelos que passavam a ver com simpatia uma aposta na criação de um partido com significativa base social e articulado sob a referência da independência de classe, embora sem contar com uma definição "ideológica" clara).

Constituíam-se a partir dali as bases de um novo projeto...

Das representações instituídas às representações instituintes

As abordagens sobre as lutas operárias e populares da passagem dos anos 70 aos 80 encontram-se recheadas da expressão "novo": "novo sindicalismo", "novos movimentos sociais", "novos sujeitos políticos", "nova política"... Do que estavam falando? No que consistiu a novidade?

Uma das primeiras vezes em que se fala de "novo sindicalismo"⁴⁹ na literatura especializada é em Almeida (1975). A autora se referia a uma nova prática sindical, que começava a delinear-se nos segmentos mais "modernos" do operariado industrial, particularmente no ABC Paulista. Sua característica principal era o propósito de mobilizar os trabalhadores em torno dos conflitos típicos dos processos de trabalho das grandes empresas, geralmente multinacionais. Para a autora, a diferenciação interna sofrida pelo operariado, com o desenvolvimento da indústria "moderna" no país, estaria implicando na diversificação dos conflitos fábrics, assim como suscitando uma nova perspectiva de ação sindical, se comparada com o padrão anterior a 1964, tipicamente "populista". Esse "novo sindicalismo" caracterizar-se-ia pela rejeição da tutela do Estado e pelo empenho em realzar negociações coletivas ao nível das empresas. Por outro lado, graças à segmentação do mercado de trabalho, os setores mais "modernos" do operariado fabril tenderiam a uma prática sindical "divisionista" e próxima do tipo "sindicalismo de negócios".

49. O contexto e os sentidos atribuídos ao termo no Brasil, nos anos 70-80, naturalmente são muito diversos daqueles em torno dos quais tal expressão surgiu na Europa, na passagem dos séculos XIX ao XX. Ver, a respeito, Hobsbawm (1988, especialmente pp. 221-230).